



Município de Mirandela

RELATÓRIO DE GESTÃO

Nota Explicativa:

O POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, estipula como documentos de Prestação de Contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Mapas de execução orçamental, o Anexo às demonstrações financeiras e o Relatório de Gestão.

Nesta conformidade, apresenta-se o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2015, elaborado de acordo com as normas estabelecidas no referido diploma, bem como na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais, procurando-se traduzir fielmente a execução orçamental e patrimonial dos documentos previsionais, bem como a situação económica e financeira do Município de Mirandela.

O presente Relatório inicia-se com uma breve caracterização da entidade, seguindo-se a informação orçamental em que se procura clarificar a origem das receitas e despesas, bem como analisar o grau de execução dos valores previstos no Orçamento e Opções do Plano. Posteriormente é apresentada a análise patrimonial do Balanço e Demonstração de Resultados, finalizando-se com a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, conforme determinado no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais, e no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013.

1 - Caracterização da Entidade

1.1. - Identificação

A 25 de maio de 1250, o Rei D. Afonso III deu Carta de Foral a Mirandela, documento constante da chancelaria de El Rei D. Afonso III, Livro 2 de doações, fls 67 v, com o seguinte teor:



Aos moradores de Mirandela ffloral que lhes elrey dom Afonso conde de Bolonha concedeo etc – A. Dei gratia rex Port. Comes Bolon. amnibus has litteras inspecturis salutem. Noveritis quod ego pono cum hominibus de Mirandela et de sue termino quod de quolibet casato dent mihi quolibet anno vel meo Ricohomini vel cui ego mandavero sex sólidos legion. Pró collectis deparatis in ominibus regalibus. Intret meyrinus meus secundum fórum et consuetudinem de Blagancia pró omnibus suis dum foris et juribus et demandis. Dante apud Vimaranus manadante Rege per V. Didaci et R. Petri superjudices. VIII kalendas junii. Eª Mª CCª LXXXVIII.

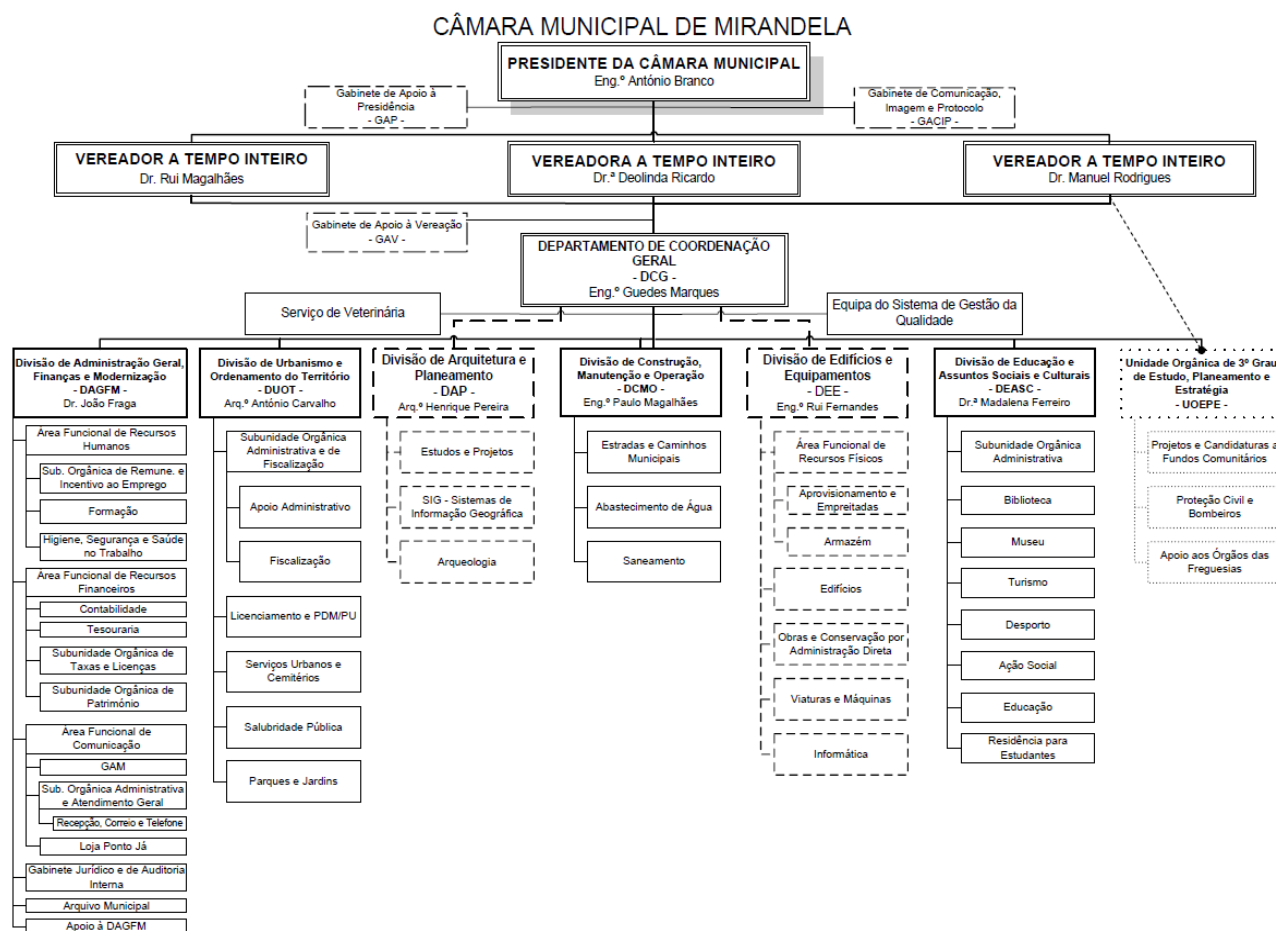
A 16 de maio de 1984, através da publicação da Lei n.º 12/84, de 28 de junho, Mirandela é elevada à categoria de cidade, passando a partir desse ano a ser comemorado o dia 25 de maio como feriado municipal. Com uma privilegiada localização central relativamente ao território do concelho e da região, a cidade de Mirandela possui uma excelente ligação rodoviária (A4), bem como uma boa rede radial de estradas com as sedes dos concelhos limítrofes.

Localizado geograficamente no centro da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mais especificamente na denominada Terra Quente Transmontana, o concelho de Mirandela tem, de acordo com os censos de 2011, uma população residente de 23.850 habitantes e uma superfície de 659 Km², distribuída nos termos da reorganização administrativa do território das freguesias, por cinco uniões de freguesias, respetivamente, união das freguesias de Avantos e Romeu, união das freguesias de Franco e Vila Boa, união das freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira, união das freguesias de Freixeda e Vila Verde, união das freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa, e por vinte e cinco freguesias, respetivamente, Abambres, Abreiro, Agueiras, Alvites, Bouça, Cabanelas, Caravelas, Carvalhais, Cedães, Cobro, Fradizela, Frechas, Lamas de Orelhão, Mascarenhas, Mirandela, Múrias, Passos, São Pedro Velho, São Salvador, Suções, Torre Dona Chama, Vale de Asnes, Vale de Gouveias, Vale de Salgueiro, Vale de Telhas, Vinhais.



1.2. – Estrutura Orgânica

O Município de Mirandela é, no âmbito da administração local, uma pessoa coletiva de direito público, sendo territorialmente responsável pela prossecução das atribuições que legalmente estão conferidas às autarquias locais. A Câmara Municipal é o órgão executivo colegial do Município, constituída por um presidente e por seis vereadores, reunindo-se de forma ordinária quinzenalmente no Salão Nobre do Palácio dos Távoras (construção nobre reedificada no século XVII). A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo municipal, constituída por membros eleitos diretamente em número superior ao dos presidentes das uniões freguesia/juntas de freguesia que a integram, ou seja, 31 membros que acrescem aos 30 referidos presidentes, perfazendo um total de 61 elementos que reúnem em cinco sessões ordinárias anuais. A constituição, composição e organização dos seus órgãos estão reguladas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estando o regime jurídico, atribuições e competências consagrados no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.



2 - Análise Orçamental

2.1 - Execução Global do Orçamento

O orçamento municipal para o ano de 2015 foi aprovado com um valor de 32.800.119 €, no entanto ao longo do exercício foi objeto de seis modificações das quais resultaram um orçamento final de 36.420.803 €. O aumento de 3.620.684 € decorre da introdução do saldo de 615.684 € da gerência de 2014, da rubrica de reposições abatidas nos pagamentos com 5.000 € e da contratação do empréstimo de curto prazo no montante de 3.000.000 €. As diversas alterações inter-rubricas podem ser analisadas nos mapas de modificações ao orçamento que constam dos documentos de prestação de contas.

O quadro n.º 1 apresenta os valores de execução total das receitas e despesas de natureza corrente e capital, estabelecendo a comparação com os valores orçados.

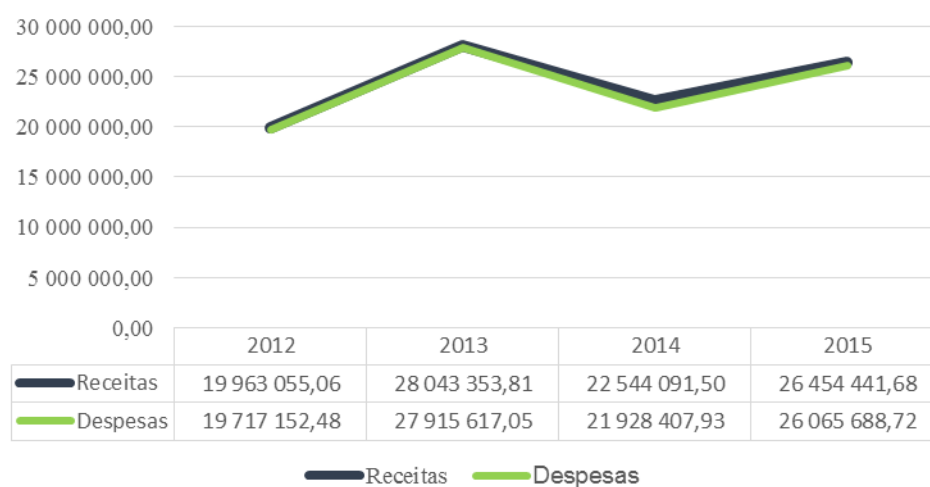
Quadro n.º 1 - Resumo da Execução Orçamental

		Dotação Corrigida	Execução	Grau de Execução	Desvio Orçamental
Receitas	Correntes	24 511 848,00	18 223 558,08	74,35%	25,65%
	Capital	11 288 271,00	7 615 185,03	67,46%	32,54%
	Outras	620 683,57	615 698,57	99,20%	0,80%
Total Receitas		36 420 802,57	26 454 441,68	72,64%	27,36%
Despesas	Correntes	22 893 183,57	15 046 115,78	65,72%	34,28%
	Capital	13 527 619,00	11 019 572,94	81,46%	18,54%
Total Despesas		36 420 802,57	26 065 688,72	71,57%	28,43%

O orçamento de 2015 foi executado em cerca de 72 %, correspondendo à melhor taxa de execução dos últimos anos, ultrapassada apenas no exercício económico de 2013. Em 2015 a receita total cobrada foi de 25.838.758 €, o que acrescida do saldo da gerência de 2014 (615.684 €) totaliza 26.454.442 €. Analisando a despesa realizada verifica-se que ascendeu ao montante de 26.065.689 €, verificando-se que do cômputo geral resulta um saldo para o ano de 2016 de 388.753 €.

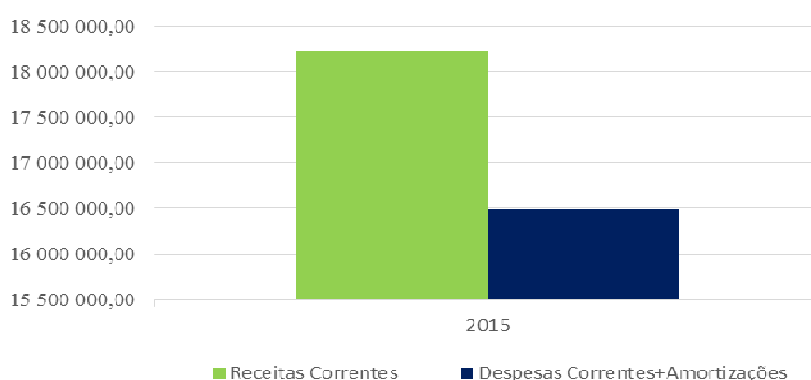
O gráfico n.º 1 evidência a evolução da execução orçamental nos últimos quatro anos, verificando-se que os melhores níveis de execução foram atingidos nos anos de 2013 e 2015, de realçar que os anos referenciados têm em comum a contratação de empréstimos, pois se em 2013 foi contratado o empréstimo de saneamento financeiro de 7.600.000 €, em 2015 foi contratado um empréstimo de curto prazo no montante de 3.000.000 €. Comparativamente ao ano transato, o aumento da receita cobrada foi superior em 3.910.000 €, por sua vez a despesa paga aumentou 4.137.281 €.

Gráfico n.º 1 - Execução Orçamental



A receita corrente arrecadada foi superior à despesa corrente, concretizando-se uma poupança corrente no montante de 3.177.442 €. Deste modo a execução orçamental cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental consagrado na alínea e) do Ponto 3.1.1 do POCAL, bem como no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, que estabelece que *a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos*, considerando que o valor de amortizações médias do Município é de 1.447.494,20 €, verifica-se que foi cumprida a regra de execução orçamental, conforme demonstra o gráfico n.º 1.

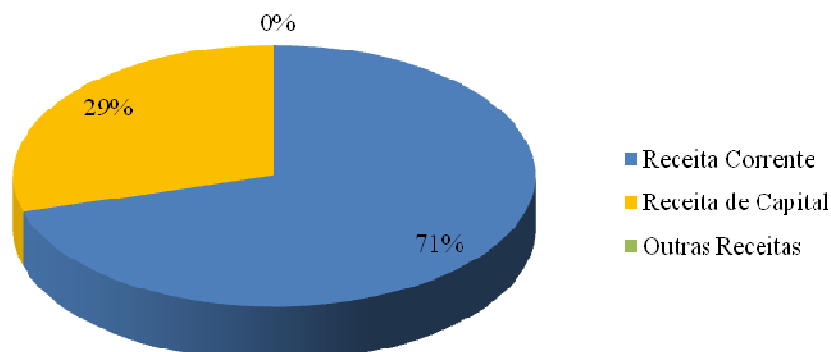
Gráfico n.º 2 - Equilíbrio Corrente



2.2 - Receita

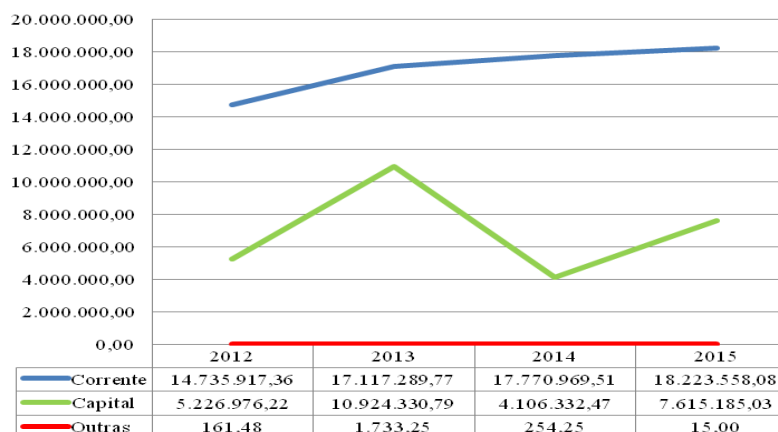
A receita arrecadada pelo Município durante o ano de 2015 totalizou o montante de 25.838.758 €, o que comparativamente aos 22.544.092 € de 2014 representa um aumento de 18 %. Como se pode verificar pelo gráfico n.º 3, a estrutura da receita é composta maioritariamente por receitas correntes, cifrando-se a receita de capital em apenas 29 %.

Gráfico n.º 3 - Estrutura da Receita



O gráfico n.º 4 apresenta a evolução dos grandes agregados da receita, sendo que tanto as receitas correntes como as receitas de capital apresentam uma evolução positiva relativamente ao exercício anterior, de realçar que o aumento das receitas de capital resulta essencialmente da arrecadação do empréstimo de curto prazo de 3000.000 €.

Gráfico n.º 4 - Evolução da Receita



2.2.1 - Receitas Correntes

Conforme referido anteriormente as receitas correntes ascenderam ao montante de 18.223.558 €, valor que representa uma execução face ao previsto de 74 %. Observando o quadro n.º 2, verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, as três principais rubricas que concorrem para o valor total das receitas correntes são as transferências correntes, os impostos diretos e a venda de bens e serviços.

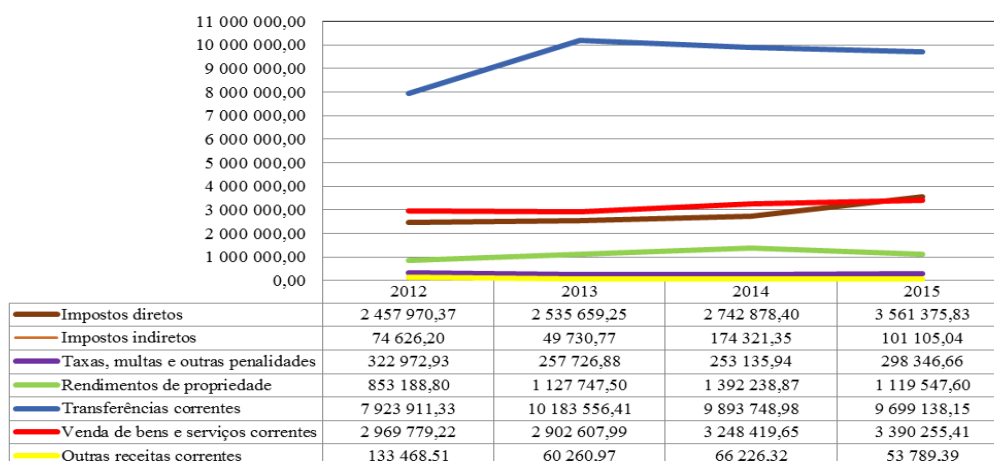
Quadro n.º 2 – Receitas Correntes

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	% Peso P/ Rubrica	% Execução
01 - Impostos diretos	3 278 569,00	3 561 375,83	19,54	108,63
02 - Impostos indiretos	89 039,00	101 105,04	0,55	113,55
04 - Taxas, multas e outras penalidades	261 783,00	298 346,66	1,64	113,97
05 - Rendimentos de propriedade	1 576 000,00	1 119 547,60	6,14	71,04
06 - Transferências correntes	15 246 689,00	9 699 138,15	53,22	63,61
07 - Venda de bens e serviços correntes	3 894 768,00	3 390 255,41	18,60	87,05
08 - Outras receitas correntes	165 000,00	53 789,39	0,30	32,60
Total das Receitas Correntes	24 511 848,00	18 223 558,08	100,00	74,35

Os impostos diretos, indiretos e as taxas, multas e outras penalidades atingiram uma taxa de execução superior a 100 %, o que significa que este tipo de receitas superaram o valor expectável.

Pela análise do gráfico n.º 5, que apresenta a evolução das receitas correntes nos últimos quatro anos, conclui-se que não existem oscilações significativas relativamente ao exercício de 2014, à exceção dos impostos diretos que aumentaram cerca de 820.000 € e às transferências correntes que diminuíram 194.611 €, salientando-se que o montante dos rendimentos de propriedade, que corresponde à renda paga pela EDP pela ocupação de terrenos do domínio público de 2014 inclui também o valor referente ao último trimestre de 2013 e, por esse motivo, apresenta um valor mais elevado.

Gráfico n.º 5 - Evolução das Receitas Correntes



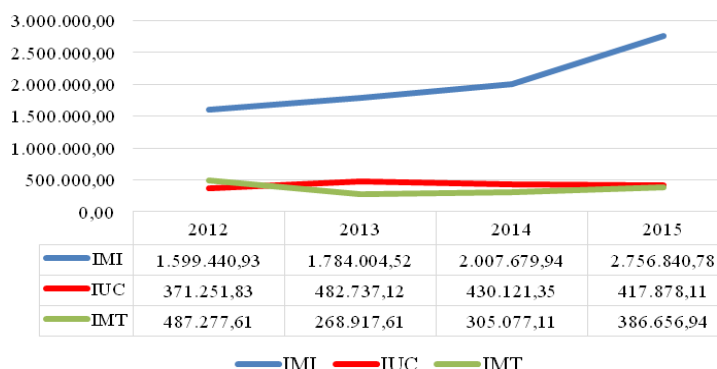
Considerando que as transferências correntes recebidas representam mais de 50 % do total das receitas correntes, apresenta-se de seguida o quadro n.º 3 que enumera todas as transferências que concorrem para o montante de 9.699.138 €, destacando-se as transferências decorrentes do Orçamento do Estado, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro, o Fundo Social Municipal e a Participação no IRS.

Quadro n.º 3 - Transferências Correntes Recebidas

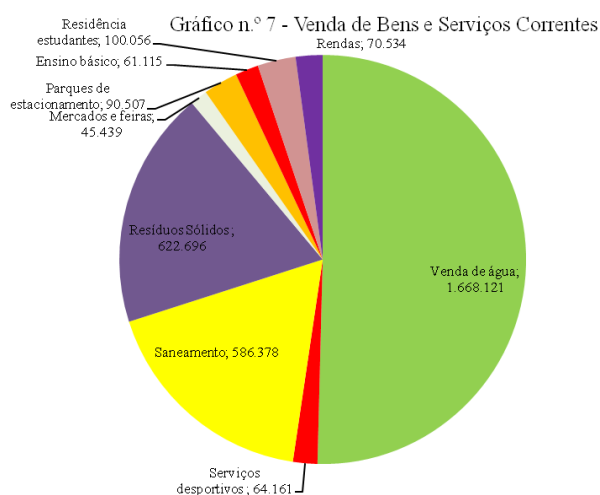
Entidade	Descrição	Valor
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	FEF Corrente	8 146 582,30
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Fundo Social Municipal	510 594,00
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Participação Fixa no IRS	706 875,00
Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares - Norte	Financiamento de Despesas do 1.º Ciclo	199 282,23
Veiligheidsregio Zuid-Holland Zuid	Projeto Prisma	36 567,15
Endas - Ente Nazionale Democratico Di Azione Sociale	Projeto de desporto - Erasmus+	4 651,00
Instituto para o Desenvolvimento da Agricultura e Pesca, IP	Subsídios agrícolas	13,64
Programa Operacional Potencial Humano	Qualificação Prof. da Adm. Pública / Planos de Igualdade	2 313,33
Inst. Conservação da Natureza e Florestas - Dir. Reg. Norte	Gabinete Técnico Florestal	16 820,72
Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP	Programas Ocupacionais	54 950,32
Instituto da Segurança Social	Comissão de Proteção de Menores	20 488,46
Total		9 699 138,15

Os impostos diretos constituem a segunda principal fonte de receitas correntes com uma taxa de execução superior a 100 %. Analisando detalhadamente os impostos municipais, verifica-se que a receita proveniente do IMI aumentou cerca de 750.000 €, assim como a receita do IMT que foi superior à do exercício anterior em 81.580 €, enquanto a receita do IUC diminuiu ligeiramente.

Gráfico n.º 6 - Impostos Municipais



O gráfico n.º 7 ilustra as principais receitas que compõem a rubrica de venda de bens e serviços correntes.



Na venda de bens e serviços, destaca-se a receita proveniente da faturação de venda de água (venda de água, resíduos sólidos e saneamento) que, com o montante global de 2.877.195 € representa 85% do valor total da venda de bens e serviços correntes (3.390.255 €), apresentando um aumento de 7,5% relativamente ao ano transato.

Neste conjunto de receitas comparativamente ao exercício de 2014, destaca-se o valor cobrado no estacionamento tarifado que apresenta um aumento de 72.170 €, por outro lado a receita relativa à residência de estudantes diminuiu 34 % e as rendas diminuíram 47 %.

2.2.2 - Receitas de Capital

Ao longo do ano 2015 as receitas de capital ascenderam a 7.615.185 €, alcançando, deste modo, uma taxa de execução de 67%, o que comparativamente ao exercício anterior representa um aumento superior a 85%. De realçar que o exercício de 2015 beneficiou de uma receita extraordinária de 3.000.000 €, respeitante à contratação do empréstimo de curto prazo.

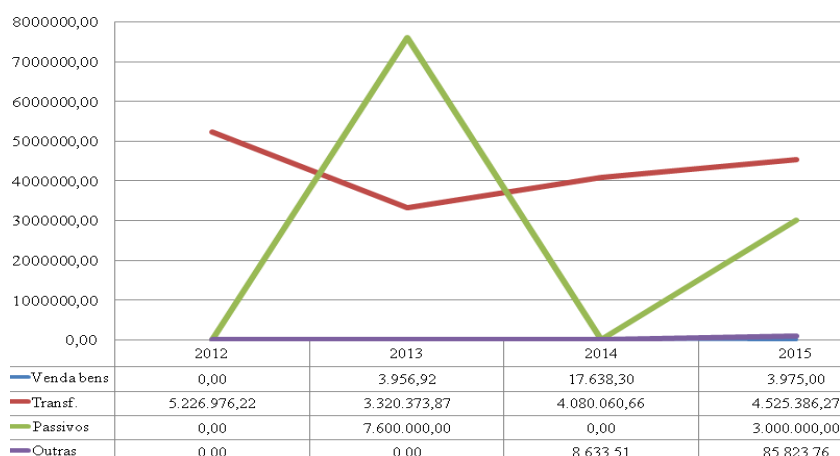
Quadro n.º 4 - Receitas de Capital

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	Peso P/ Rubrica%	Execução%
09 - Venda de Bens de investimento	406.500,00	3.975,00	0,05	0,98
10 - Transferências de capital	7.666.771,00	4.525.386,27	59,43	59,03
12 - Passivos financeiros	3.000.000,00	3.000.000,00	39,39	100,00
13 - Outras receitas de capital	215.000,00	85.823,76	1,13	39,92
Total das receitas de capital	11.288.271,00	7.615.185,03	100,00	67,46

Conforme se pode verificar pelo quadro n.º 4, à semelhança das receitas correntes, as transferências são a rubrica que maior peso têm no total das receitas de capital.

Pela análise do gráfico n.º 8, que apresenta a evolução das receitas de capital no último quadriénio, conclui-se que as transferências são as receitas que apresentam uma tendência mais estável ao longo dos anos, tendo registado um acréscimo de cerca de 450.000 € relativamente a 2014. No que respeita ao aumento das receitas de carácter residual designadas por outras receitas, na realidade não existe um aumento efetivo da receita, pois respeita à restituição da verba atribuída à Associação de Socorros Mutuos dos Artistas Mirandenses para pagamento das obras de beneficiação da sua sede, tendo sido devolvido o apoio inicialmente concedido de 84.965 €.

Gráfico n.º 8 – Evolução das Receitas de Capital



Quadro n.º 5 – Transferências de Capital Recebidas

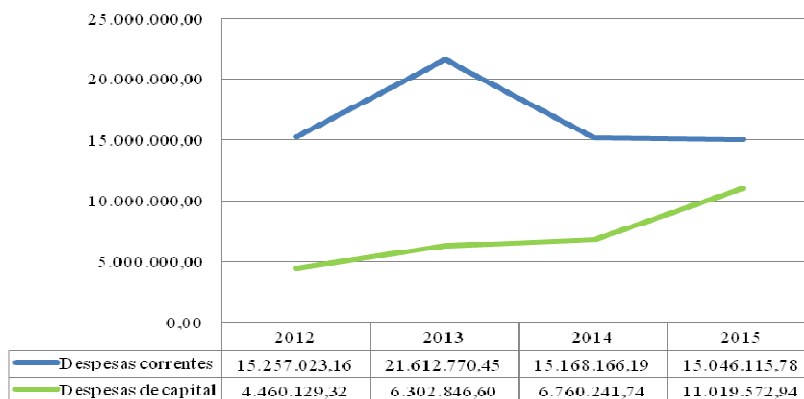
Entidade	Descrição	Valor
Agência para Modernização Administrativa, I.P.	Projeto SAMA	303.001,92
Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL	Fundo de Equilíbrio Financeiro	919.093,00
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional	Diversas obras financiadas	3.142.004,13
Ministério da Administração Interna	Quartel da GNR de Torre de Dona Chama	161.287,22
Total		4.525.386,27

O quadro n.º 5 evidencia as transferências de capital recebidas em 2015, salientando-se que o FEF teve um ligeiro aumento relativamente ao ano de 2014, e que as transferências atinentes a obras financiadas tiveram um aumento superior a 250.000 €.

2.3 - Despesa

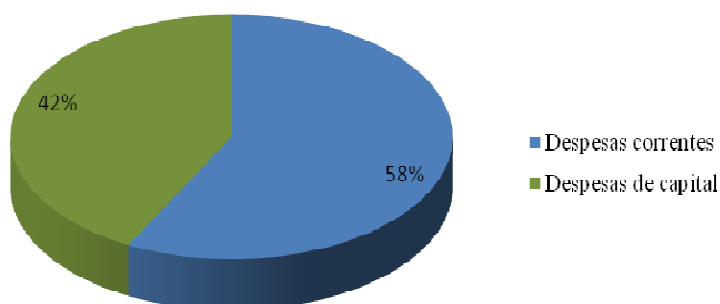
A despesa realizada em 2015 ascendeu a 26.065.689 €, representando um aumento de cerca de 19% comparativamente ao exercício de 2014. O gráfico n.º 9 ilustra a tendência da despesa ao longo dos últimos quatro anos, verificando-se que, se por um lado a despesa corrente não teve grandes oscilações, o mesmo não aconteceu com a despesa de capital que aumentou 63 %.

Gráfico n.º 9 - Evolução da Despesa



De acordo com o gráfico n.º 10, verifica-se que a estrutura da despesa foi mais equilibrada no exercício em análise, em resultado do aumento das despesas de capital.

Gráfico n.º 10 - Estrutura da Despesa



2.3.1 - Despesas Correntes

As despesas correntes compreendem as rubricas identificadas no quadro n.º 6, destacando-se as despesas com pessoal afeto à Autarquia e a aquisição de bens e serviços inerentes ao seu funcionamento. Comparativamente ao ano de 2014, estas despesas não apresentam grandes oscilações, conforme demonstra o gráfico n.º 9, pois tratando-se de despesas essenciais às atividades do Município, como sejam os custos com a manutenção de edifícios, de viaturas, de salubridade e de gestão de todo o espaço de domínio público, torna-se difícil operar a sua redução, no entanto durante o exercício de 2015, foi possível uma redução de cerca de 122.000 €.

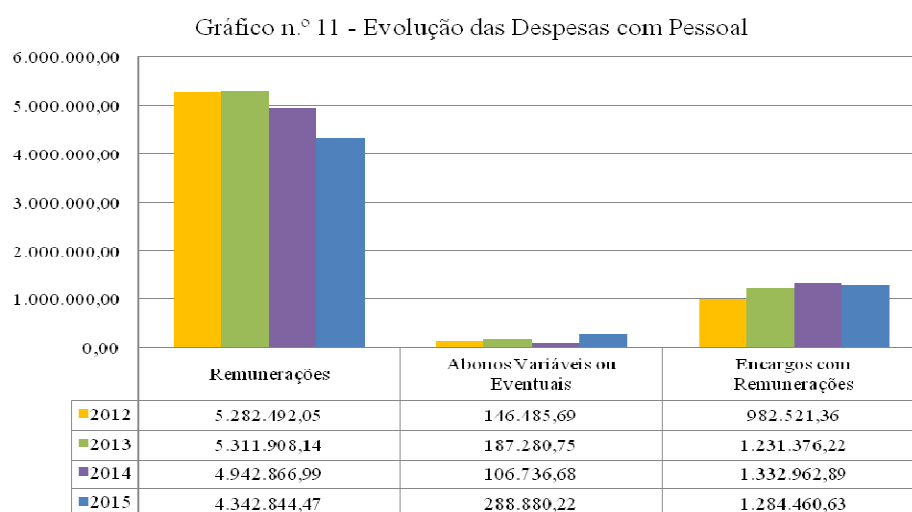
Quadro n.º 6 - Despesas Correntes

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	Peso P/ Rubrica%	Execução%
01 - Despesas com pessoal	6.153.994,00	5.916.185,32	39,32	96,14
02 - Aquisição de bens e serviços	13.202.305,57	6.633.110,12	44,09	50,24
03 - Juros e outros encargos	1.229.884,00	689.996,93	4,59	56,10
04 - Transferências correntes	1.785.500,00	1.474.721,20	9,80	82,59
05 - Subsídios	262.000,00	153.328,69	1,02	58,52
06 - Outras despesas correntes	259.500,00	178.773,52	1,19	68,89
Total das Despesas Correntes	22.893.183,57	15.046.115,78	100,00	65,72

Comparativamente ao exercício anterior, as despesas com pessoal tiveram um significativo decréscimo (466.381 €), justificado pela ocorrência de sete cessações de relação jurídica de emprego público, bem como pelo termo do protocolo com o Ministério da Educação, o qual previa a gestão pelo Município do pessoal não docente que, apesar de ter ocorrido no ano de 2014, contribuiu ainda para onerar a despesa com pessoal até 31 de agosto desse ano.

Conforme se verifica pelo gráfico n.º 11, o único agregado que aumentou foi o dos abonos variáveis ou eventuais, porque contempla a rubrica de indemnizações por cessação de funções, que no ano em análise teve uma despesa de 127.883 €, referente a duas desvinculações que ocorreram pelo programa de rescisões por mútuo acordo na Administração Local. De salientar que, do montante total de despesas com pessoal, 66.864 € respeitam a despesas com os membros da Assembleia Municipal, dos quais 16.649 € foram gastos com ajudas de custo e 50.215 € com senhas de presença.

O gráfico n.º 11 ilustra a tendência decrescente da despesa com o pessoal que, no entanto, constitui um dos grandes agregados orçamentais do Município.



A aquisição de bens e serviços constitui a rubrica com maior peso nas despesas correntes, destacando-se a aquisição de matérias-primas (174.815 €) para algumas intervenções por administração direta, o consumo de combustíveis (174.749 €), o fornecimento de refeições (299.497€) aos alunos do pré-escolar e ensino básico e a compra de água (1.257.810 €) para fornecimento às populações do concelho. Relativamente à aquisição de serviços evidenciam-se os encargos com as diversas instalações (732.628 €) nomeadamente, o consumo de energia e gás, os encargos com transportes escolares (508.919 €), a iluminação pública (757.362 €), o tratamento em alta de águas residuais (680.081 €) e a recolha e tratamento de resíduos sólidos (668.839 €).

As transferências correntes realizadas em 2015, ascenderam ao montante de 1.474.721 €, valor superior ao realizado em 2014 em 532.618 €, de realçar que este aumento deve-se essencialmente às transferências realizadas para a AMTQT, tendo sido transferidos mais 416.554 € que no ano anterior.

As transferências correntes são a terceira rubrica com maior valor no grupo das despesas correntes, o quadro n.º 7 apresenta as transferências concedidas às diversas entidades do concelho. De salientar que a Associação de Socorros Mútuos e dos Artistas Mirandelenses, procedeu à devolução de 84.956 € que tinham sido andiantados pelo Município, pelas razões enunciadas anteriormente.

Existem ainda outro tipo de transferências não especificadas, destacando-se o montante de 13.642 € pago ao Clube de Campismo e Caravanismo de Mirandela para regularização de dívidas à Segurança Social conforme protocolo celebrado, bem como o montante de 12.500 € pago à Associação Comercial e Industrial de Mirandela pela aquisição do Pavilhão C da Reginorde ocupado pelo Campo Desportivo. De salientar também a transferência efetuada para a Agro Industrial no montante de 65.515 € conforme disposição legal do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação.

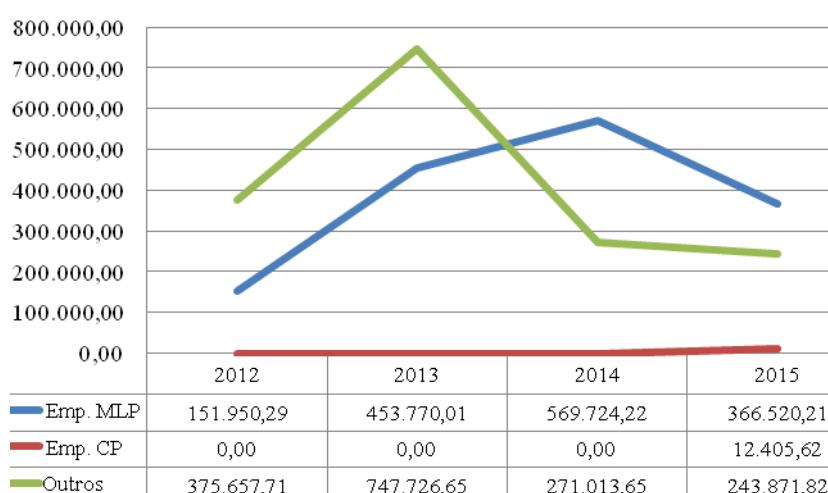
Quadro n.º 7 - Transferências Correntes e de Capital Concedidas

Entidade	Correntes	Capital	Total
Agro Industrial do Nordeste, S.A. - AIN		81.500,00	81.500,00
Apoios a famílias carenciadas / GAEE	39.699,23	1.216,40	40.915,63
Associação Desenvolvimento de São Pedro de Vale do Conde	4.050,00		4.050,00
Associação Cultural Recreativa de Vale de Madeiro	2.500,00		2.500,00
Associação de Socorros Mútuos e dos Artistas Mirandelenses	14.764,56	119.529,21	134.293,77
Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana - AMTQT	780.949,32	83.461,55	864.410,87
Associação Hum. Bombeiros Voluntários de Torre de D. Chama	39.297,51	71.185,86	110.483,37
Associação Hum. Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela Mirandela	115.404,58		115.404,58
Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente - DESTEQUE	21.887,50	16.960,28	38.847,78
Associação Mircom-Mirandela Comercial	37.000,00		37.000,00
Associação Port. Pais e Amigos Cidadão Deficiente Mental		51.912,08	51.912,08
Associação de Estudantes da ESACT	4.100,00		4.100,00
Associação Torriense de Lutas e Desportos Radicais A.T.L.D.R.	200,00		200,00
C.N.E.-Agrupamento 777 do Cachão	612,00		612,00
Camir-Clube Amador de Mirandela	10.856,00		10.856,00
Casa Da Cultura e Recreio de Cachão	32.760,00	62.000,00	94.760,00
Clube Ciclismo de Mirandela	2.250,00		2.250,00
Clube de Campismo e Caravanismo de Mirandela		15.750,00	15.750,00
Clube Ténis de Mesa de Mirandela	89.786,12		89.786,12
Comissão de Festas do Divino Sr. dos Passos	1.000,00		1.000,00
Confraria de Nossa Senhora do Amparo	77.500,00		77.500,00
Conselho da Fábrica da Igreja de S. Bento	1.000,00	2.500,00	3.500,00
Diocese de Bragança e Miranda	35.000,00		35.000,00
Fundação Museu do Douro		5.000,00	5.000,00
Futsal Clube de Mirandela	945,00		945,00
Ginásio Clube Mirandense	4.406,40		4.406,40
Junta de Freguesia de Abreiro		11.910,20	11.910,20
Junta de Freguesia de Frechas	1.000,00	2.500,00	3.500,00
Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão	2.000,00		2.000,00
Junta de Freguesia de São Salvador		5.000,00	5.000,00
Junta de Freguesia de Suções		89.000,00	89.000,00
Junta de Freguesia de Torre Dona Chama	30.000,00	54.000,00	84.000,00
Metropolitano Ligeiro de Mirandela		2.500,00	2.500,00
Moto Clube de Mirandela	5.148,00		5.148,00
Santa casa da Misericórdia de Mirandela		17.870,92	17.870,92

Sport Clube de Mirandela	116.354,98		116.354,98
União de Freguesias de Avantos e Romeu	3.000,00		3.000,00
União de Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa	1.250,00		1.250,00
Total	1.474.721,20	693.796,50	2.168.517,70

Os juros de empréstimos de médio e longo prazo decresceram cerca de 203.000 € comparativamente ao ano anterior, resultado da queda acentuada das taxas de juro. A rubrica outros juros, corresponde aos juros de mora por atraso nos pagamentos aos fornecedores e essencialmente aos juros inerentes aos contratos de regularização de dívidas celebrados com diversas entidades, como as Águas do Norte, Resíduos do Nordeste e AMTQT.

Gráfico n.º 12 - Evolução do Juros da Dívida Pública



2.3.2 - Despesas de Capital

As despesas de capital alcançaram uma taxa de execução superior a 80 % tendo sido realizadas em 11.019.573 €, representando um aumento de 63 % comparativamente a 2014. A aquisição de bens de capital é, à semelhança dos anos anteriores, o agregado mais representativo nas despesas de capital e, exceccionalmente, os passivos financeiros devido ao referido empréstimo de curto prazo contratado e totalmente amortizado no exercício de 2015, conforme determina o n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, *os empréstimos de curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados*, salienta-se que este empréstimo foi contraído para efetuar pagamentos de obras financiadas, de forma a poderem ser efetuados os respetivos pedidos de reembolso dentro dos prazos estipulados.

As transferências de capital que ascenderam ao montante total de 693.797 €, encontram-se devidamente identificadas no quadro n.º 7.

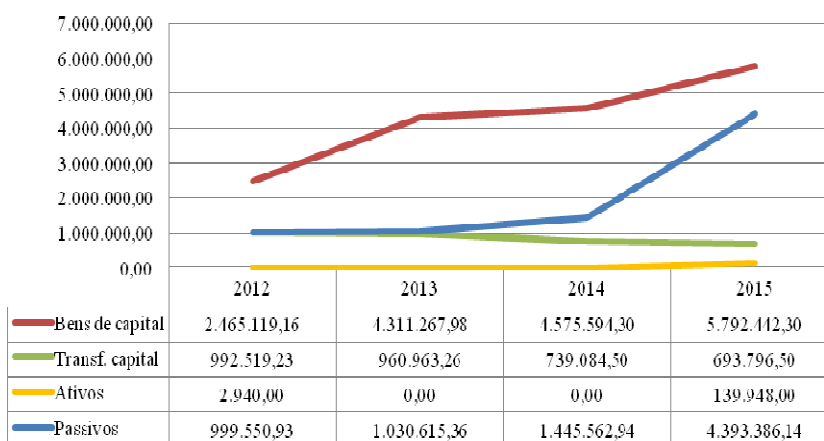
Quadro n.º 8 - Despesas de Capital

Descrição	Dotação Corrigida	Execução	Peso P/ Rubrica%	Execução%
07 - Aquisição de bens de capital	8.002.602,00	5.792.442,30	38,50	72,38
08 - Transferências de capital	964.600,00	693.796,50	4,61	71,93
09 - Ativos financeiros	148.949,00	139.948,00	0,93	93,96
10 - Passivos financeiros	4.406.468,00	4.393.386,14	29,20	99,70
11 - Outras despesas de capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Total das despesas capital	13.527.619,00	11.019.572,94	73,24	81,46

No último quadriénio, a aquisição de bens de investimento, onde se incluem a realização de obras públicas, teve uma trajetória ascendente, ao contrário das transferências de capital para as diversas entidades do concelho, salienta-se que a redução de transferências para entidades terceiras, constitui uma das medidas do Plano de Saneamento Financeiro.

A rubrica de ativos financeiros apenas teve execução em 2015, com a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal na parte respeitante a esta Autarquia, para o exercício em análise no montante de 139.948 €, este valor irá ser pago anualmente até 2021, perfazendo o montante total de 979.640 €.

Gráfico n.º 13 - Evolução das Despesas de Capital



O quadro seguinte ilustra as aquisições de bens de capital por função, sendo que a função de administração geral é a que mais se destaca no total destes investimentos, devido à construção da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo - EsACT, com o montante pago em 2015 de 2.560.973 €, a razão pela qual este investimento não está afeto à função educação, prende-se com o facto de essa função apenas contemplar ensino não superior. Na segurança e ordem pública, destaque para a construção do Quartel da GNR de Torre de Dona Chama, a empreitada referente à Ecoteca com o valor realizado em 2015 de 364.976 € a qual está evidenciada na função de proteção do meio ambiente e conservação da natureza. Por seu lado a vertente cultural contempla o Museu da Oliveira e do Azeite (228.997 €) e a dinamização e modernização do Complexo

Cultural (355.554 €). Relativamente ao desporto, salienta-se a construção do campo de futebol da Reginorde, com um valor realizado de 379.804 €. De realçar ainda que a execução do PPI em 2014 ficou abaixo do 48 %, tendo sido atingida em 2015 uma taxa de execução de 72 %.

Quadro n.º 9 - Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Código	Classificação Funcional	Dotação Corrigida	Valor Executado	% Peso P/ Rubrica	%Execução
1.	Funções gerais	3.647.098,00	3.271.144,43	56,47	89,69
1.1.	Serviços gerais de administração pública	3.244.000,00	3.040.492,29	52,49	93,73
1.1.1.	Administração geral	3.244.000,00	3.040.492,29	52,49	93,73
1.2.	Segurança e ordem públicas	403.098,00	230.652,14	3,98	57,22
2.	Funções sociais	2.827.234,00	1.873.592,73	32,35	66,27
2.1.	Educação	49.000,00	13.029,56	0,22	26,59
2.1.1.	Ensino não superior	49.000,00	13.029,56	0,22	26,59
2.3.	Segurança e ação social	10.000,00	0,00	14,82	0,00
2.3.2.	Ação social	10.000,00	0,00	14,82	0,00
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1.346.800,00	858.428,13	14,82	63,74
2.4.1.	Habitação	66.500,00	46.117,65	0,80	69,35
2.4.2.	Ordenamento do território	521.000,00	332.164,54	5,73	63,76
2.4.3.	Saneamento	185.000,00	70.231,39	1,21	37,96
2.4.4.	Abastecimento de água	145.000,00	27.138,92	0,47	18,72
2.4.5.	Resíduos sólidos	20.000,00	6.211,52	0,11	31,06
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	409.300,00	376.564,11	6,50	92,00
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.421.434,00	1.002.135,04	17,30	70,50
2.5.1.	Cultura	973.000,00	622.331,00	10,74	63,96
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	448.434,00	379.804,04	6,56	84,70
3.	Funções económicas	1.528.270,00	647.705,05	11,18	42,38
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	54.000,00	1.328,40	0,02	2,46
3.2.	Indústria e energia	138.000,00	4.371,79	0,08	3,17
3.3.	Transportes e comunicações	1.156.270,00	478.731,89	8,26	41,40
3.3.1.	Transportes rodoviários	1.156.270,00	478.731,89	8,26	41,40
3.4.	Comércio e turismo	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.4.2.	Turismo	5.000,00	0,00	0,00	0,00
3.5.	Outras funções económicas	175.000,00	163.272,97	2,82	93,30
Total		8.002.602,00	5.792.442,21	100,00	72,38

2.4 - Indicadores de Natureza Orçamental

De acordo com o que foi referido ao longo deste relatório, tanto a despesa como a receita, registaram taxas de crescimento positivas. Relativamente à receita constata-se mais uma vez que a receita corrente representa 70% da receita total, sendo as transferências correntes e os impostos diretos o núcleo da receita corrente.

Relativamente à despesa, verifica-se que a de natureza corrente diminuiu em detrimento da despesa de investimento e que as despesas com pessoal ocupam ainda um lugar importante no total das despesas correntes.

O serviço da dívida absorve cerca de 26% da receita corrente, representando 18% da despesa total.

Quadro n.º 10 - Indicadores Orçamentais

Rácios		2015
Receita		
Crescimento da receita		18,1%
Receitas correntes / receitas totais		70,5%
Transferências correntes / receitas correntes		53,2%
Impostos diretos / receitas correntes		19,5%
Despesa		
Crescimento da despesa total		18,9%
Despesas correntes / despesa total		57,7%
Pessoal / despesas correntes		39,3%
Dívida à Banca		
Serviço da dívida / receitas correntes		26,2%
Serviço da dívida / despesa		18,3%

3 - Análise Patrimonial

3.1 - Balanço

O balanço reflete a situação financeira e patrimonial do Município, comparando-a com o exercício anterior. Pela análise do balanço apresentado pelo quadro n.º 11, verifica-se que a situação alcançada em 2015 é semelhante à do ano de 2014, pois o ativo líquido apenas teve um aumento de 353.683 €, para o qual contribuiu o aumento das dívidas de terceiros. Os fundos próprios também tiveram um ligeiro aumento devido aos resultados transitados. No que respeita ao passivo, salienta-se que as dívidas a terceiros tiveram uma redução que atingiu quase o montante de 1.500.000 €. A dívida a fornecedores ascendeu a 6.790.649 €, excluindo cauções, salientando-se que desse montante 5.724.248 € é reportado à dívida com a Águas do Norte, Resíduos do Nordeste, e AMTQT, cujo pagamento está a ser realizado de acordo com os planos definidos entre as partes.

Quadro n.º 11 - Balanço

Descrição	2015		2014		Variação
	Valor	Peso%	Valor	Peso%	Valor
Imobilizado	68.035.792,00	93,55	68.067.800,32	94,05	-32.008,32
Existências	440.740,05	0,61	463.844,94	0,64	-23.104,89
Dívidas de Terceiros - curto prazo	2.358.350,33	3,24	1.796.516,27	2,48	561.834,06
Disponibilidades	1.254.749,30	1,73	1.443.307,57	1,99	-188.558,27
Acréscimos e Diferimentos	634.709,41	0,87	599.188,53	0,83	35.520,88
Ativo Líquido	72.724.341,09	100,00	72.370.657,63	100,00	353.683,46
Património	17.033.260,46	70,61	17.025.618,43	71,43	7.642,03
Reservas	1.208.874,77	5,01	1.131.705,80	4,75	77.168,97
Subsídios	95.892,50	0,40	95.892,50	0,40	0,00

Doações	1.172.824,35	4,86	1.170.724,35	4,91	2.100,00
Resultados Trânsitados	3.922.480,73	16,26	2.867.510,95	12,03	1.054.969,78
Resultado Líquido do Exercício	690.519,53	2,86	1.543.379,44	6,48	-852.859,91
Fundos Próprios	24.123.852,34	100,00	23.834.831,47	100,00	289.020,87
Provisões para riscos e encargos	2.951.636,72	6,07	1.744.979,97	3,60	1.206.656,75
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazos	13.866.218,88	28,53	14.419.912,69	29,71	-553.693,81
Dívidas a Terceiros - curto prazo	7.680.814,24	15,80	8.608.353,76	17,74	-927.539,52
Acréscimos e Diferimentos	24.101.818,91	49,59	23.762.579,74	48,96	339.239,17
Passivo	48.600.488,75	100,00	48.535.826,16	100,00	64.662,59

3.2 – Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados confronta os custos e perdas do Município com os seus proveitos e ganhos, de forma a evidenciar o resultado obtido no exercício.

Deste modo, analisando o quadro n.º 12, verifica-se que os custos com fornecimento e serviços externos aumentaram em 1.421.341 €, realçando-se os custos com eletricidade, recolha e tratamento de resíduos, transportes escolares, análises de água para consumo humano e da qualidade da água da piscina municipal coberta, entre outros. Conforme já referido, evidencia-se novamente a redução dos custos com pessoal e a constituição de provisões para os processos judiciais que se encontram em curso. Na parte respeitante aos proveitos, salienta-se o aumento dos impostos e taxas mais concretamente, o aumento do IMI, as taxas de saneamento e de resíduos sólidos. Deste modo o resultado líquido alcançado em 2015 foi de 690.520 €.

Quadro n.º 12 - Demonstração de Resultados

Descrição	2015		2014		Varição
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor
Custos e perdas					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.490.637,04	7,23	1.465.335,97	8,69	25.301,07
Fornecimentos e serviços externos	6.319.210,68	30,63	4.897.869,75	29,04	1.421.340,93
Custos com pessoal	5.864.829,58	28,43	6.354.631,30	37,68	-489.801,72
Transferências e subsídios	1.522.785,67	7,38	693.375,98	4,11	829.409,69
Amortizações do exercício	1.462.088,91	7,09	1.177.798,62	6,98	284.290,29
Provisões do exercício	1.656.760,71	8,03	530.987,40	3,15	1.125.773,31
Outros custos operacionais	125.389,87	0,61	64.094,10	0,38	61.295,77
Custos e perdas financeiros	762.681,12	3,70	884.040,76	5,24	-121.359,64
Custos e perdas extraordinários	1.425.114,56	6,91	796.343,72	4,72	628.770,84
Total de custos e perdas	20.629.498,14	100,00	16.864.477,60	100,00	3.765.020,54
Proveitos e ganhos					
Vendas e prestações de serviços	2.279.351,97	10,69	1.935.028,57	10,51	344.323,40
Impostos e taxas	5.308.117,74	24,90	3.992.728,26	21,69	1.315.389,48
Proveitos para a própria entidade		0,00	12.502,70	0,07	-12.502,70
Proveitos suplementares	2.826,50	0,01	3.383,43	0,02	-556,93
Transferências e subsídios obtidos	11.190.185,70	52,49	10.712.423,57	58,19	477.762,13
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.096.711,64	5,14	1.104.162,24	6,00	-7.450,60

Proveitos e ganhos financeiros	13.039,75	0,06	17.905,44	0,10	-4.865,69
Proveitos e ganhos extraordinários	1.429.784,37	6,71	629.722,83	3,42	800.061,54
Total de proveitos e ganhos	21.320.017,67	100,00	18.407.857,04	100,00	2.912.160,63

Resultado líquido do exercício	690.519,53		1.543.379,44		-852.859,91
---------------------------------------	-------------------	--	---------------------	--	--------------------

4 - Dívida Total

A Lei n.º 73/2013, introduziu alterações significativas ao nível do cálculo do endividamento dos Municípios. O art.º 52.º do referido diploma, estabelece que *a dívida total das operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, (...), os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

O quadro n.º 13 demonstra o cálculo do limite da dívida total do Município, que para o ano de 2015 é de 24.773.467 €

Quadro n.º 13 - Limite à Dívida Total

Ano	Receita corrente bruta	Reembolsos e restituições	Receita corrente líquida
2012	14.735.917,36	24.092,77	14.711.824,59
2013	17.117.289,77	33.257,18	17.084.032,59
2014	17.770.969,51	19.892,08	17.751.077,43
MÉDIA:			16.515.644,87
Limite da dívida total			24.773.467,31

O art.º 54.º define as entidades que relevam para o cálculo da dívida total dos municípios, que no caso do Município de Mirandela são os seguintes:

Quadro n.º 14 - Dívida Total das Entidades Participadas

Designação	Participação	Dívida	Dívida relevante para o Município
ADRVT - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua	10%	3.982,33	398,23
AETM - Agência de Energia de Trás-os-Montes		Não tem dívida	
AIN - Agro - Industrial do Nordeste, S.A.	49,10%	Resultado antes de impostos positivo	
AMTQT - Assoc. de Municípios Terra Quente Transmontana	28%	2.814.973,13	788.192,48
ANMP - Associação Nacional de Municípios	Quota		324,98
CIM-TT - Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes	13,23%	3.753,82	496,63

DESTEQUE - Assoc. Desenvolv. Terra Quente Transmontana	25%	143.886,51	35.971,63
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	4,90%	90.588,03	4.438,81
Fundação Museu do Douro	0,79%	582.597,24	4.602,52
HTQ - Hospital Terra Quente	10%	Não foram disponibilizados dados	
MLM - Metropolitano Ligeiro de Mirandela	90%	Resultado antes de impostos positivo	
Turismo Porto e Norte	1,16%	669.288,73	7.763,75
Total:			842.189,03

Quadro n.º 15 - Dívida Total do Município

Contas	Saldo em 31/12/2015
22.1 - Fornecedores c/c	6.292.465,82
22.8 - Fornecedores faturas em receção e conferência	130.549,15
23 - Empréstimos	13.026.526,55
26.1 - Fornecedores de imobilizado	367.633,75
26.8 - Credores diversos	0,00
Dívida do Município	19.817.175,27
Dívida das Entidades Participadas	842.189,03
Dívida total	20.659.364,30

Findo o exercício de 2015, o Município apresenta uma dívida inferior ao seu limite total em 4.114.103 €. Em 31 de dezembro de 2014, a dívida municipal ultrapassava o seu limite em 746.696,32 €, salienta-se que o limite para 2014, era inferior ao do ano em análise em 2.269.019 €, isto porque contemplava o exercício económico de 2011, no qual a receita corrente era inferior pois, para além de outros fatores, a receita proveniente da faturação de água aos munícipes não era arrecadada pelo Município, mas sim pelos Serviços Municipalizados.

5 - Proposta de Aplicação de Resultados

Em cumprimento do Ponto 2.7.3 do Decreto - Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL, o Município de Mirandela propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 690.519,53 € seja repartido da seguinte forma:

- Reforço de Reservas Legais: 34.525,98 €;
- Resultados Transitados: 655.993,55 €.

6 - Demonstração do Cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, pelo que se apresenta-se neste ponto a análise da execução das medidas estipuladas no Plano, bem como a comparação a execução orçamental e patrimonial prevista para o ano de 2015 com a efetivamente executada.

6.1 - O Empréstimo

O PSF agrega um conjunto de medidas que visam a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, onde se integra o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.600.000,00 €, como forma de consolidar passivos financeiros vencidos, substituindo dívida comercial por dívida financeira. O financiamento desta operação foi contratualizado com duas instituições bancárias, Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000,00 € e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000,00 €, no final do exercício em estudo o montante em dívida era de 4.570.920,80 € e de 2.125.465,30 € respetivamente.

6.2 - Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) integra 24 medidas que visam a recuperação da sustentabilidade financeira do Município. As medidas agregam-se em três eixos de atuação: **eficiência organizacional** (medidas 1 a 7); **economia e redução da despesa** (medidas 8 a 15); **aumento da receita** (medidas 16 a 23); e por último a medida 24 inerente ao empréstimo de saneamento financeiro.

De forma a avaliar a correspondente concretização, procede-se de seguida à análise do grau de execução das medidas relativamente às metas estipuladas para o ano de 2015.

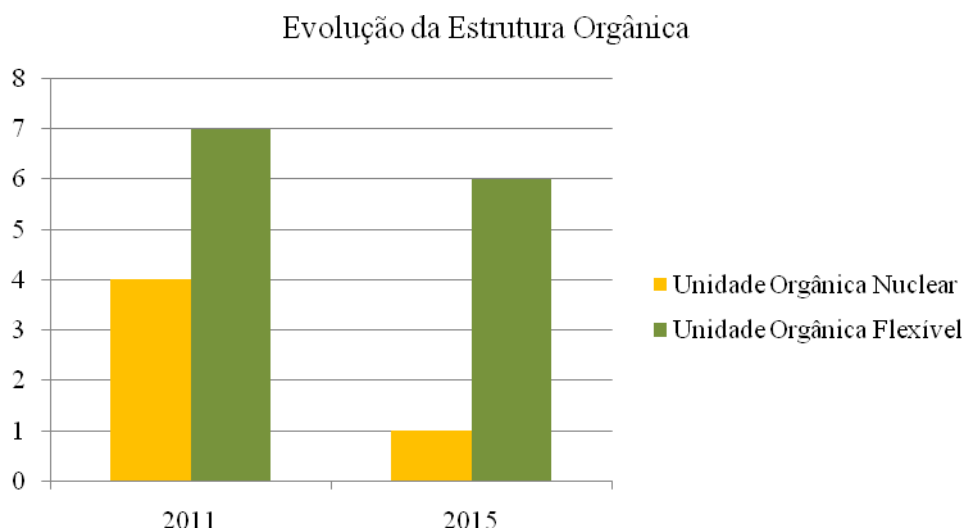
6.2.1 - Eficiência Organizacional

6.2.1.1. Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas.

Objetivo: Redução de duas Unidades Orgânicas dotadas durante o primeiro semestre de 2012

Relativamente a esta medida, salienta-se que a 31 de dezembro de 2011, a Câmara Municipal tinha na sua estrutura orgânica quatro unidades orgânicas nucleares (Departamentos), dez unidades orgânicas flexíveis (Divisões) e uma equipa multidisciplinar, encontrando-se providos naquela data

os quatro departamentos e sete divisões. O gráfico seguinte evidencia a evolução que a estrutura orgânica sofreu desde 2011.



A tabela que se apresenta demonstra a poupança efetuada com as alterações anteriormente identificadas, salientando-se que no final de 2015 os lugares de chefe de divisão providos eram de apenas quatro, pois verificou-se a extinção da Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território por motivo de aposentação do titular do cargo e a extinção da Divisão de Arquitetura e Planeamento devido ao término da comissão de serviço do correspondente dirigente.

	2012		2013		2014		2015	
	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações	Providos	Remunerações
D. Departamento	4	151.448,75	2	81.624,00	1	41.075,49	1	43.447,23
Chefe Divisão	6	229.614,00	7	222.997,13	6	211.417,06	6	187.080,43
Total	10	381.062,75	9	304.621,13	7	252.492,55	7	230.527,66

6.2.1.2. Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.

Objetivos:

- Extinção dos Serviços Municipalizados de Água de Mirandela (SMAM) por fusão no Município. A fusão dos SMAM efetivou-se em 2012, sendo que a gestão do serviço de águas a Câmara Municipal
- Redução do passivo da Agro Industrial do Nordeste (AIN), bem como operacionalização da sustentabilidade da empresa;

- c) Exploração da atividade do Metropolitano Ligeiro de Mirandela (MLM) até à conclusão da barragem do Tua, passando depois a responsabilidade da empresa para a Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua
- d) Extinção da Parceria Público-privada Mirandela XXI.

Em abril de 2012, a Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada Mirandela XXI.

6.2.1.3. Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), auditoria interna e controlo de gestão.

▪ Objetivos:

- a) Criação de uma unidade instrumental para empreitadas de obras públicas e aquisição de serviços;
- b) Planeamento das intervenções por administração direta;
- c) Implementação da função de auditoria e controlo de gestão.

Esta medida, definida no ano de 2012, visava a implementação de rotinas de planeamento, aprovisionamento e controlo das atividades municipais. Durante estes três anos, foi criada a Área Funcional de Compras e Aprovisionamento, que concentra todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, empreitadas e obras por administração direta, cujo planeamento e controlo se intensificou com a implementação da aplicação informática de Gestão de Atividades, onde se registam todos os meios humanos e materiais necessários para cada intervenção.

A estrutura orgânica aprovada em 2013 criou o serviço de Sistema de Gestão da Qualidade que desde então faz o acompanhamento de todos os serviços, assim como auditorias internas, garantindo a eficiência dos procedimentos internos como forma de aumentar a satisfação de todos os munícipes.

6.2.1.4. Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela reavaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.

▪ Objetivos:

- a) Informatização de circuitos por processos;
- b) Processo de certificação da qualidade;

c) Prestação de serviços numa ótica multicanal.

Esta medida encontra-se completamente implementada, internamente todos os processos estão informatizados através do sistema *sigmaflow* possibilitando o controlo *just in time* de qualquer processo submetido por um munícipe. A certificação do Município abrange todos os serviços e as sucessivas auditorias externas têm resultado na manutenção da certificação. Foi criada a plataforma “Tua Câmara” para prestação de serviços *on-line*, assim como a descentralização do atendimento aos munícipes através da criação de diversos Mini-GAM’s no concelho.

Relativamente a esta medida a aposta será a manutenção e aperfeiçoamento dos sistemas implementados.

6.2.1.5. Implementação do sistema de Contabilidade Analítica

- Objetivo: Planeamento e controlo da atividade autárquica e redução de custos.

A implementação da contabilidade de custos constitui um processo complexo que requer uma constante avaliação e aperfeiçoamento, o esforço dos diversos serviços municipais no carregamento dos custos necessários para as atividades desenvolvidas tem sido relevante e essencial para que se inicie a fase de avaliação de resultados.

6.2.1.6. Implementação de um Orçamento de base zero, caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.

- Objetivo: Elaboração do Orçamento Municipal para 2013 obedecendo ao processo de orçamentação de base zero.

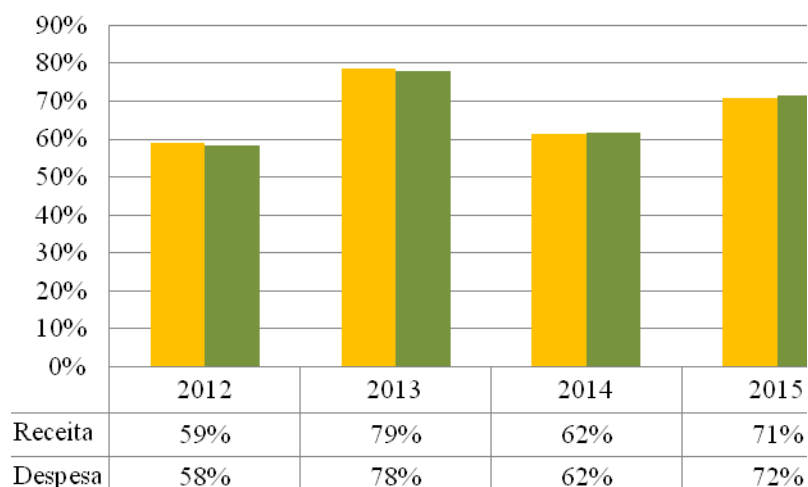
Este objetivo não foi cumprido e não se encontram ainda reunidas as condições necessárias para a implementação desta medida.

6.2.1.7. Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão ocorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.

Objetivo: Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.

O estudo que serviu de base ao PSF foi efetuado no ano de 2012, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas em março de 2013, o gráfico que se segue ilustra a evolução das taxas de execução orçamental desde o ano de 2012.

Evolução da Execução Orçamental



Desde a implementação do PSF que é notório um aumento das taxas de execução quer da receita quer da despesa, resultado de um maior rigor na elaboração dos orçamentos. Salienta-se que no ano de 2013 o empréstimo de saneamento financeiro contribuiu para o acentuado aumento verificado, assim como em 2015 o empréstimo de curto prazo no montante de 3.000.000 €. No entanto excluindo a utilização dessas operações de financiamento, a execução foi superior à registada nos anos anteriores.

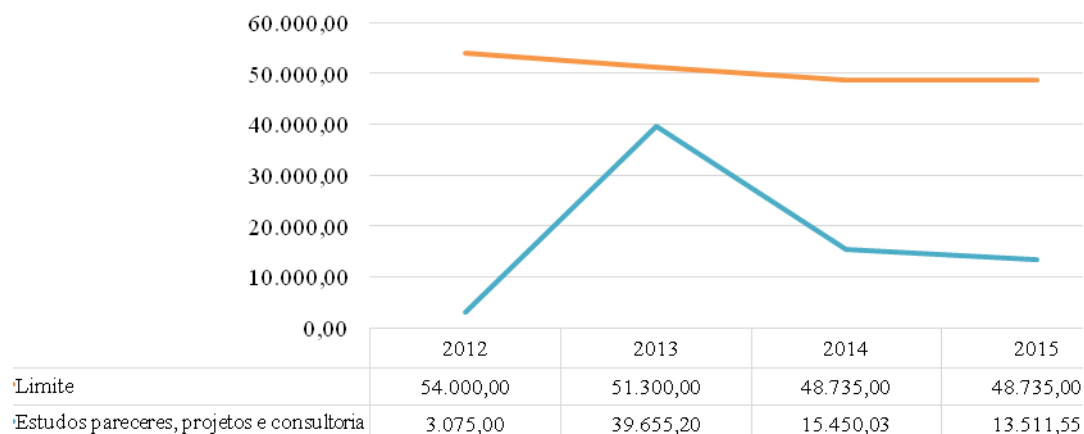
6.2.2 - Economia, redução da despesa

6.2.2.1. Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tetos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultoria.

Objetivo: Promover e rentabilizar os recursos internos disponíveis, reduzindo a dependência de entidades terceiras. Limite para 2015: 48.735 €.

O limite estipulado no PSF tem sido cumprido desde a sua implementação conforme ilustra o gráfico seguinte. Analisando o exercício de 2015, verifica-se que o montante apresentado corresponde ao estudo de delimitação de perímetros de proteção de captações de água subterrânea para abastecimento público e a projetos relacionados com a intervenção efetuada no Complexo Cultural com as instalações mecânicas AVAC e o projeto de redes e condutas interiores.

Evolução das Despesas com Estudos Pareceres, Projetos e Consultoria



6.2.2.2. Redução e racionalização de despesas de funcionamento, através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.

Objetivo: Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e à CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.

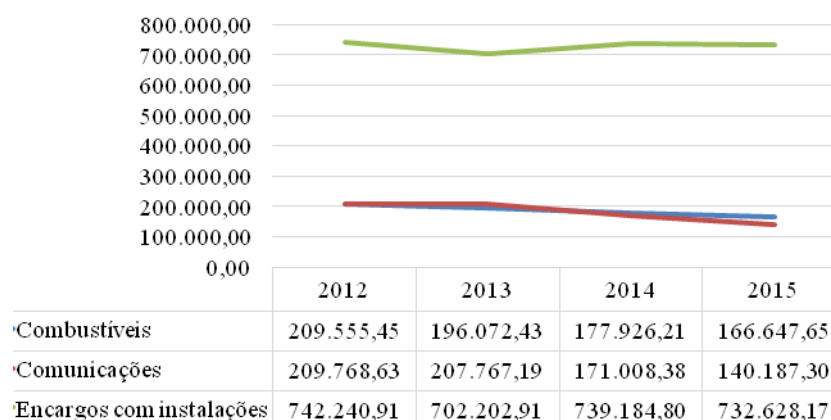
No que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Elétrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Pública) de que resulta uma substancial redução de meios e custos. Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número de utilizador registado, tendo ainda sido contratado o desenvolvimento das plataformas de acesso aos portais de internet dos cinco municípios da Terra Quente Transmontana, bem como uma aplicação de registo de ocorrências para plataformas móveis - *Mirandela Atenta*.

6.2.2.3. Redução e racionalização de auto-consumos municipais.

Objetivo: Redução de 10% da despesa com comunicações fixas e móveis, combustível, gás e energia elétrica (com referência a 2012).

Relativamente ao ano transato a despesa com estes autoconsumos decresceu 48.656 €, no entanto, comparativamente ao ano de 2012, a poupança foi de 122.102 €. Considerando que durante os últimos anos para além do aumento no valor das tarifas houve um aumento do número de instalações, conclui-se que na realidade a diminuição do consumo foi superior ao valor espelhado no gráfico seguinte.

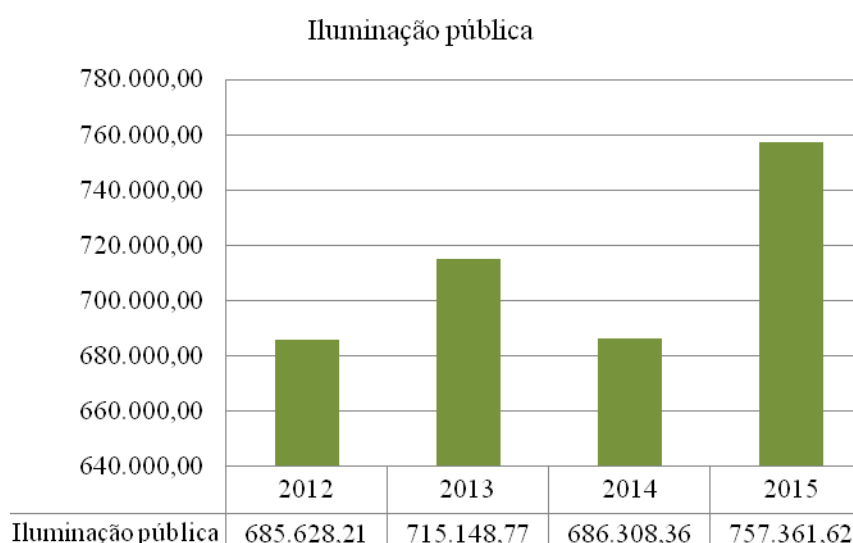
Evolução dos Auto-consumos



6.2.2.4. Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.

Objetivo: Redução da despesa com iluminação pública, com limite para 2015 de 710.220 €.

O Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública foi implementado em janeiro de 2014, tendo-se verificado uma redução na fatura com iluminação pública. No entanto os montantes pagos neste serviço aumentaram, devido à transição para o mercado liberalizado que, para além do aumento das tarifas, obriga ao pagamento de uma tarifa suplementar de acesso às redes que não era cobrada antes desta alteração. Para além destas condicionantes verificou-se também o aumento do número de instalações.



6.2.2.5. Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano de 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.

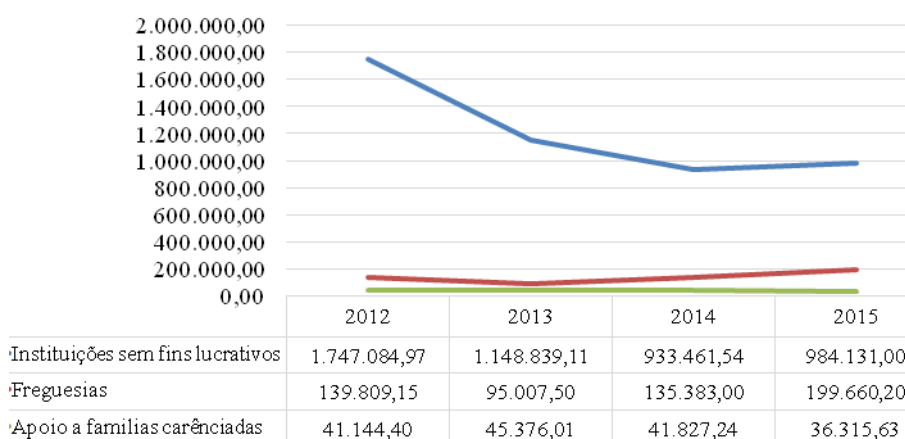
Objetivo: O valor limite de transferências e subsídios para o ano 2015 foi fixado em 2.713.006 €.

O valor das transferências efetuadas para as diversas coletividades do concelho, bem como para as freguesias sofreu um ligeiro aumento comparativamente ao ano de 2014. No entanto o montante total das transferências efetuadas (1.220.107 €), representa menos de metade do valor limite estipulado pelo PSF para o exercício de 2015.

O gráfico que a seguir se apresenta demonstra o decréscimo significativo ocorrido nos apoios às instituições sem fins lucrativos desde a vigência do PSF, constituindo uma medida de extrema importância para a recuperação da sustentabilidade financeira do Município.

De ressaltar que não foram consideradas as transferências para a AIN (147.015 €) no âmbito do contrato-programa celebrado e do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, assim como as transferências para a AMTQT (780.949 €) referentes à comparticipação nas despesas de funcionamento da associação e no empréstimo de banda larga e, ainda, a transferência efetuada para o MLM no montante de 2.500 €. No entanto, importa salientar que, mesmo assim, o cômputo total é inferior ao limite estabelecido no Estudo.

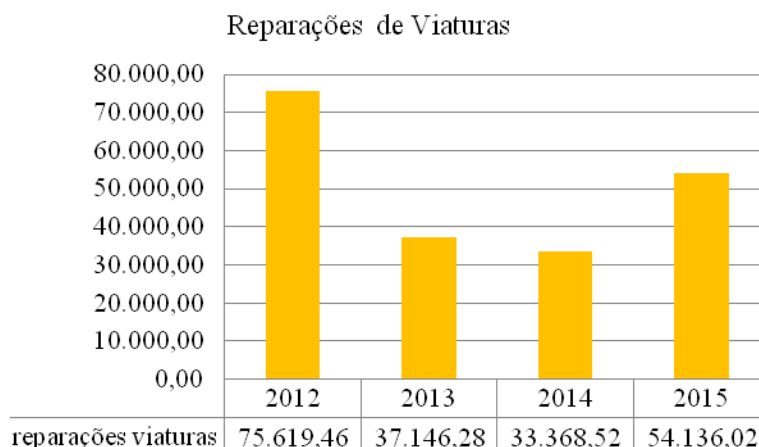
Evolução das Transferências para Terceiros



6.2.2.6. Otimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.

Objetivo: Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta. Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.

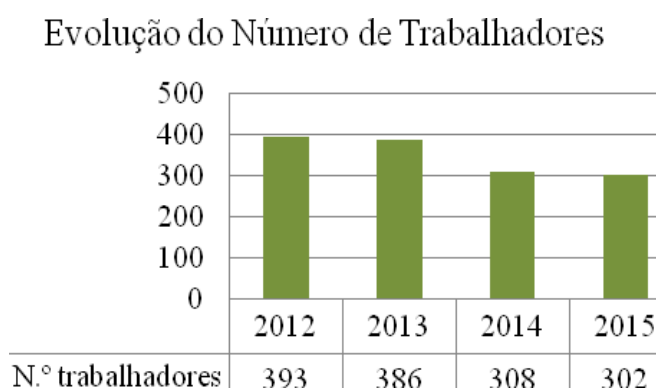
O gráfico seguinte evidência os gastos com reparações da frota automóvel do Município registando-se uma significativa redução desde 2012, salienta-se que se tem verificado um aumento das intervenções internas.



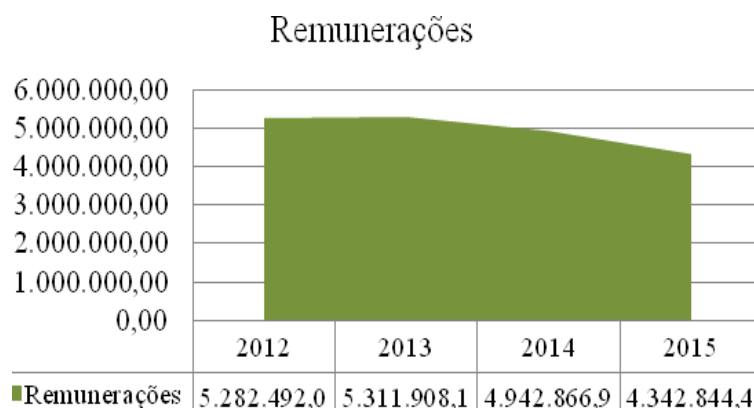
6.2.2.7. Redução do número de trabalhadores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas por aposentação ou outra forma de desvinculação.

Objetivo: Uma admissão por cada três saídas, com um número máximo de trabalhadores para 2015 de 464 e uma poupança anual de 69.230 €.

Em 2015 registaram-se sete desvinculações, sendo duas por aposentação, uma por mobilidade, uma por exoneração, uma licença sem remuneração e duas rescisões por mútuo acordo que, considerando apenas as remunerações base e os respetivos subsídios de férias e natal, representaram uma poupança de 72.572 €. O gráfico seguinte ilustra a evolução de trabalhadores afetos à Autarquia nos últimos quatro anos, sendo de salientar que apenas é identificada uma redução de seis trabalhadores comparativamente a 2014, pelo facto de ter sido integrado um trabalhador em regime de mobilidade.



Considerando a redução de 91 trabalhadores ocorrida desde de 2012, verificou-se uma poupança acumulada com as despesas de remunerações de 939.648 €, excluindo abonos variáveis ou eventuais. Observando apenas os últimos dois anos, verificou-se uma diminuição de cerca de 600.000 €, conforme foi mencionado no relatório final de 2014, durante esse ano registaram-se 78 desvinculações, 60 das quais por cessação do protocolo com o Ministério da Educação.



O gráfico supra reporta apenas os montantes das remunerações (vencimento base, subsídio de refeição, subsídios de férias e natal, aposentação e remunerações por doença e maternidade), não evidenciando abonos variáveis e encargos com remunerações.

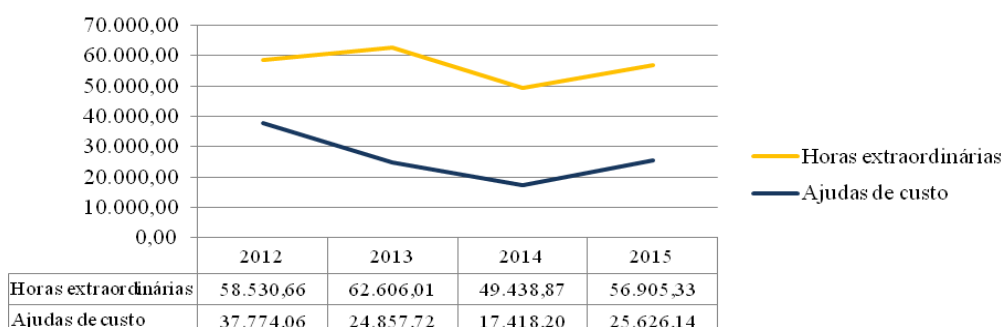
6.2.2.8. Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.

Objetivo: Despesa com horas extraordinárias inferior a 35.056 € e despesa com ajudas de custo inferior a 35.858 €.

A despesa com horas extraordinárias no final de 2015 fixou-se em 56.905 €, representando um aumento de 7.466 € relativamente ao exercício anterior, no entanto comparativamente a 2012 registou-se uma diminuição de 1.625 €. Desde a implementação do PSF que estas despesas têm ultrapassado o limite estipulado, ao contrário das ajudas de custo que, para além de apresentarem uma trajetória decrescente, têm ficado abaixo do limite previsto no Estudo.

O gráfico seguinte ilustra a evolução das despesas com horas extraordinárias e ajudas de custo, estabelecendo a relação com os limites fixados.

Horas Extraordinárias e Ajudas de Custo



6.2.3 - Aumento da Receita

6.2.3.1. Elaboração de um plano de rentabilização do património municipal.

Objetivo: Alienação de imobilizados no montante de 515.000 €.

Medida não implementada.

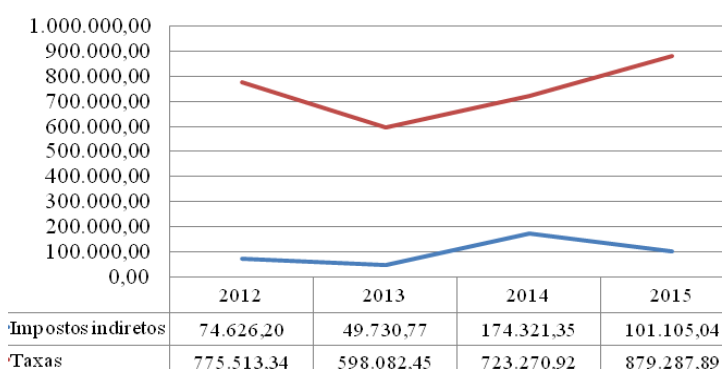
6.2.3.2. Aumento na eficiência e eficácia da liquidação de receitas.

Objetivo: O limite mínimo de receitas a cobrar de imposto indiretos e taxas é de 98.175 € e de 493.185 €, respetivamente.

Conforme se pode verificar pelo gráfico a seguir apresentado, a receita proveniente das taxas municipais aumentou relativamente ao exercício anterior em cerca de 156.000 €, devido a um ligeiro aumento da receita com loteamentos e obras e ao aumento da receita com saneamento, tendo-se cobrado um montante total de 879.288 €, representando um acréscimo de cerca de 78 % do montante estipulado no PSF.

A receita resultante dos impostos indiretos tem vindo a aumentar nos últimos anos, tendo registado o valor mais elevado em 2014 e, embora tenha diminuído no exercício de 2015, superou igualmente o valor previsto.

Impostos Diretos e Taxas



6.2.3.3. Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económica e financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.

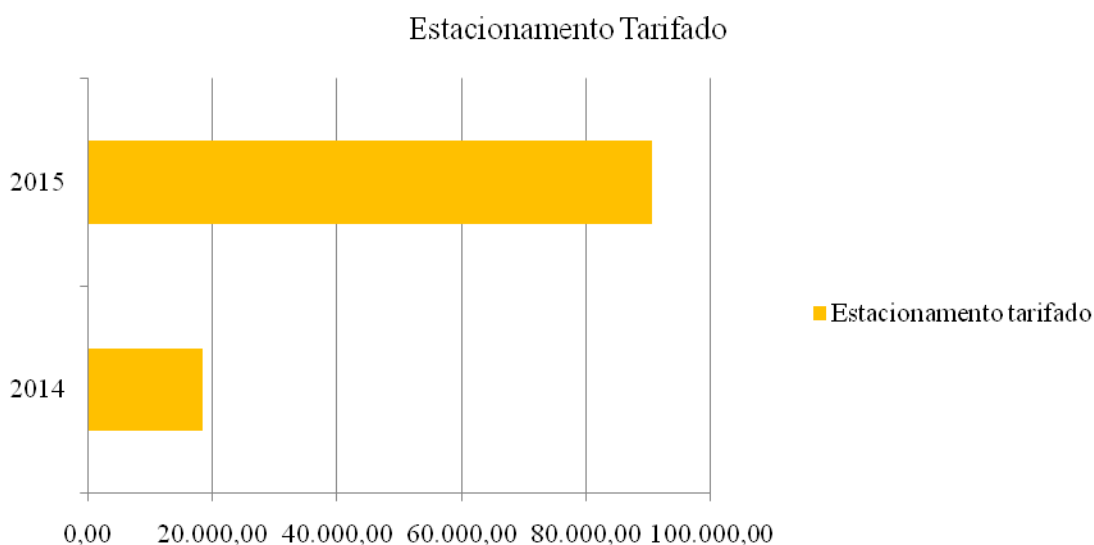
Objetivo: Revisão da Tabela de Taxas e adaptação da mesma às alterações legislativas.

No início do ano de 2014, procedeu-se a uma profunda alteração da Tabela de Taxas do Município, adaptando-a ao paradigma do Licenciamento Zero. No entanto, porque atualmente as alterações legislativas são constantes, durante o ano de 2015 iniciou-se um novo processo de revisão da Tabela de Taxas e Preços, bem como dos vários regulamentos municipais que interferem na cobrança de taxas, pelo que, na presente data, já se encontra em vigor a nova Tabela de Preços, devendo a parte respeitante às taxas estar concluída durante o primeiro semestre de 2016.

6.2.3.4. Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.

Objetivo: Implementação do estacionamento tarifado prevendo-se um volume de receitas para 2015 de 144.768 €.

Aquando da elaboração do estudo de saneamento financeiro não existia em Mirandela estacionamento tarifado, tendo sido prevista a sua implementação ainda durante o ano de 2012, no entanto, só se veio a concretizar em 2014 com a conclusão da empreitada de Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários, tendo-se alargado a outras zonas da cidade durante o exercício de 2015.



Considerando que a receita anual prevista no PSF foi de 144.768 €, verifica-se que o montante efetivamente arrecadado foi claramente inferior, no entanto, o gráfico acima apresentado demonstra

uma clara trajetória ascendente, permitindo prever que em 2016 se poderá alcançar o valor estipulado, pois a nova zona de estacionamento foi implementada no decurso do ano de 2015.

6.2.3.5. Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de subsolo de domínio público e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.

Objetivo: Proceder à liquidação retroativa de 750.00 € em 2011, liquidando 500.000 € anualmente entre 2012 e 2023.

A Tabela de Taxas em vigor até 2014 previa um tributo pela ocupação do subsolo do domínio público, contudo, devido à dificuldade de delimitação em metros lineares do espaço ocupado, não tinha sido liquidado nenhum montante na data de elaboração do PSF, pelo que, nessa data se estipulou a sua liquidação retroativa com referência a 2007. Conforme já foi reportado nos relatórios anteriores, o montante liquidado retroativamente em 2011 foi de 806.335 €, tendo-se liquidado 203.452 € nos anos de 2012 e 2013 e 158.578 € em 2014, tendo grande parte desta liquidação sido objeto de contestação judicial.

3.3.6. Reestruturação da matriz tributária.

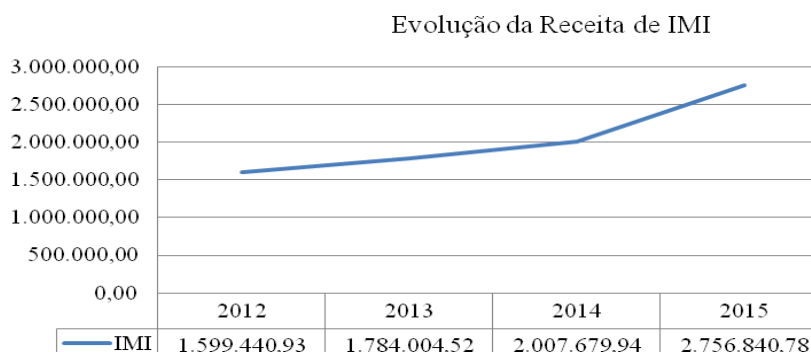
Objetivo: Plano de revisão da matriz tributária.

Esta medida previa a inclusão de novos tributos, nomeadamente o lançamento da Derrama, bem como a revisão dos impostos e taxas em vigor. No que respeita à Derrama, decidiu o Executivo Municipal não onerar as empresas locais já penalizadas com a interioridade. A revisão da matriz foi objeto de análise noutras medidas como a medida respeitante à revisão da Tabela de Taxas e a medida relativa às taxas de IMI.

6.2.3.7. Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3 % para prédios urbanos já avaliados nos termos do Código do IMI e em 0,6 % para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8 % para os prédios rústicos.

Objetivo: A receita estimada para o ano de 2015 foi de 1.592.890 €.

Atualmente a taxa de IMI para prédios urbanos em vigor no Município de Mirandela é de 0,4%, tendo-se cobrado 2.756.841 € em 2015, o que representa um aumento de 72% relativamente a 2012, conforme se pode verificar pelo gráfico infra. Comparativamente a 2014 registou-se um acréscimo de 749.161 €, provocado pelo aumento da taxa deliberado no final de 2014, que teve por base a compensação dos desvios negativos verificados em algumas medidas com forte expressão financeira, com o objetivo último de não inviabilizar o cumprimento do PSF.

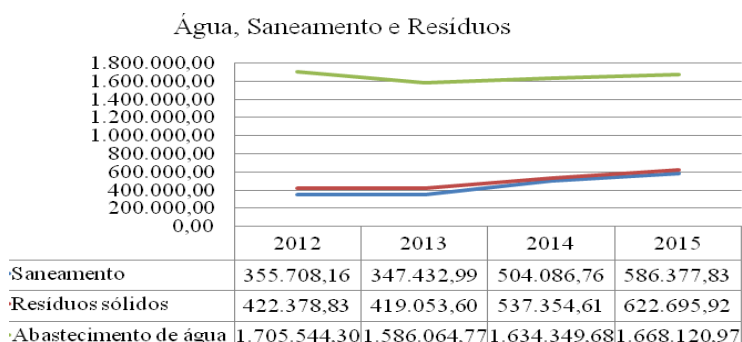


6.2.3.8. Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.

Objetivo: Revisão dos preços dos serviços identificados permitindo arrecadar o montante de 2.445.912 € em abastecimento de água, 996.154 € de saneamento de águas residuais e 622.951 € de resíduos sólidos urbanos.

A prestação destes serviços requer elevados custos de investimento na construção e renovação das infraestruturas e equipamentos necessários, assim como significativos custos de exploração. Desde a implementação do PSF foram atualizados os preços a cobrar por estes serviços, embora se situassem ainda abaixo do valor pago pelo Município. Conforme mencionado anteriormente, no final de 2015 foi revista a tabela de preços a qual contempla o aumento dos preços relativos ao saneamento de águas residuais e aos resíduos sólidos urbanos que apenas terão expressão no exercício de 2016, o preço do consumo de água não sofreu qualquer alteração.

Relativamente aos valores estipulados no PSF supra identificados, verifica-se que a receita proveniente dos resíduos sólidos é a única que se aproxima dos valores previstos, o que significa que o Município está a suportar elevados encargos com estes serviços. Salienta-se que, além dos valores expressos no gráfico seguinte, existe um montante total de 1.117.686 € de receita liquidada que não foi cobrada até final do exercício de 2015.



6.3 - Execução Orçamental

O quadro que a seguir se apresenta, estabelece a comparação entre os valores projetados no PSF para a execução das receitas e despesas com os montantes efetivamente realizados durante o exercício de 2015.

A receita total arrecada no exercício foi inferior à prevista no Estudo, pois apesar dos impostos diretos terem alcançado um valor muito superior ao previsto, as transferências de capital recebidas foram cerca de metade do montante esperado quando da realização do PSF.

Relativamente à despesa, a sua execução não teve grande desvio, pois a despesa total apenas superou o valor previsto em 159.215 €, sendo que o Município conseguiu um montante de despesa corrente inferior ao esperado, devido à redução dos custos com pessoal e das transferências corrente para as diversas Entidades do concelho.

Fluxos de Caixa

Descrição	Executado	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Saldo da Gerência Anterior	1.443.307,57	1.332.007,17	108%	111.300,40
Execução Orçamental	615.683,57	445.869,43	138%	169.814,14
Operações de Tesouraria	827.624,00	886.137,74	93%	-58.513,74
Receita				
Receita Corrente	18.223.558,08	17.841.347,71	102%	382.210,37
01 - Impostos diretos	3.561.375,83	2.457.970,37	145%	1.103.405,46
02 - Impostos indiretos	101.105,04	79.301,20	127%	21.803,84
04 - Taxas, multas e outras penalidades	298.346,66	346.457,93	86%	-48.111,27
05 - Rendimentos de propriedade	1.119.547,60	853.188,80	131%	266.358,80
06 - Transferências correntes	9.699.138,15	10.302.282,00	94%	-603.143,85
07 - Venda de bens e serviços correntes	3.390.255,41	3.668.678,90	92%	-278.423,49
08 - Outras receitas correntes	53.789,39	133.468,51	40%	-79.679,12
Receita de Capital	7.615.185,03	9.352.297,27	81%	-1.737.112,24
09 - Venda de bens de investimento	3.975,00	515.000,00	1%	-511.025,00
10 - Transferências de capital	4.525.386,27	8.837.135,79	51%	-4.311.749,52
12 - Passivos Financeiros	3.000.000,00	0,00		3.000.000,00
13 - Outras receitas de capital	85.823,76	161,48	53148%	85.662,28
Outras Receitas	15,00	30,00	50%	-15,00
Receita Orçamental Total	25.838.758,11	27.193.674,98	95%	-1.354.916,87
Receita Operações de Tesouraria	1.315.344,76	1.166.490,34	113%	148.854,42
Despesa				
Despesa Corrente	15.046.115,78	15.664.068,91	96%	-617.953,13
01 - Despesas com pessoal	5.916.185,32	6.393.598,13	93%	-477.412,81
02 - Aquisição de bens e serviços	6.633.110,12	6.255.668,64	106%	377.441,48

03 - Juros e outros encargos	689.996,93	663.253,20	104%	26.743,73
04 - Transferências correntes	1.474.721,20	2.151.317,31	69%	-676.596,11
05 - Subsídios	153.328,69	117.496,86	130%	35.831,83
06 - Outras despesas correntes	178.773,52	82.734,77	216%	96.038,75
Despesa de Capital	11.019.572,94	10.242.405,19	108%	777.167,75
07 - Aquisição de bens de capital	5.792.442,30	8.353.545,63	69%	-2.561.103,33
08 - Transferências de capital	693.796,50	836.200,82	83%	-142.404,32
09 - Ativos financeiros	139.948,00	0,00		139.948,00
10 - Passivos financeiros	4.393.386,14	1.052.658,74	417%	3.340.727,40
11 - Outras despesas de capital				0,00
Despesa Orçamental Total	26.065.688,72	25.906.474,10	101%	159.214,62
Despesa Operações de Tesouraria	1.276.972,42	1.204.147,68	106%	72.824,74
Saldo para a Gerência Seguinte	1.254.749,30	2.581.550,71	49%	-1.326.801,41
Execução Orçamental	388.752,96	1.733.070,31	22%	-1.344.317,35
Operações de Tesouraria	865.996,34	848.480,40	102%	17.515,94

6.4. Balanço

No que respeita ao balanço, constata-se que a sua execução face ao previsto foi de 90 %, realçando-se que o passivo foi inferior ao expectável em 4.880.130 €.

Balanço

	ATIVO	Ativo Líquido	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Imobilizado	68.035.792,00	74.946.837,68	91%	-6.911.045,68
	Bens de domínio público	24.631.910,75	27.785.289,54	89%	-3.153.378,79
451	Terrenos e recursos naturais	105.212,08		0%	105.212,08
452	Edifícios			0%	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	17.093.690,09	18.485.190,08	92%	-1.391.499,99
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			0%	0,00
459	Outros bens de domínio público	2.280.913,94		0%	2.280.913,94
445	Imobilizações em curso	12.596.074,46	15.134.660,84	83%	-2.538.586,38
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	7.443.979,82	5.834.561,38	128%	1.609.418,44
	Imobilizações incorpóreas	463.187,27	193.150,47	240%	270.036,80
431	Despesas de instalação			0%	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		7.273,91	0%	-7.273,91
433	Propriedade industrial e outros direitos			0%	0,00
439	Outras imobilizações incorpóreas		29.095,65	0%	-29.095,65
443	Imobilizações em curso	463.187,27	171.132,60	271%	292.054,67
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas		14.351,69	0%	-14.351,69
	Imobilizações corpóreas	39.086.500,65	43.185.994,73	91%	-4.099.494,08
421	Terrenos e recursos naturais	3.754.830,62	2.636.271,98	142%	1.118.558,64
422	Edifícios e outras construções	17.574.065,12	25.087.356,20	70%	-7.513.291,08
423	Equipamento básico	2.423.785,04	2.210.505,88	110%	213.279,16
424	Equipamento de transporte	1.969.467,19	1.877.357,05	105%	92.110,14
425	Ferramentas e utensílios	644.013,81	557.482,99	116%	86.530,82

426	Equipamento administrativo	1.821.353,31	1.930.345,32	94%	-108.992,01
427	Taras e vasilhame			0%	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	344.171,67	1.029.338,48	33%	-685.166,81
442	Imobilizações em curso	21.653.748,90	19.216.745,89	113%	2.437.003,01
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	11.098.935,01	11.359.409,06	98%	-260.474,05
	Investimentos financeiros	3.854.193,33	3.782.402,94	102%	71.790,39
411	Partes de capital	2.874.553,00	3.782.402,94	76%	-907.849,94
412	Obrigações e títulos de participação	979.640,33		0%	979.640,33
414	Investimentos em imóveis			0%	0,00
415	Outras aplicações financeiras			0%	0,00
441	Imobilizações em curso			0%	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0%	0,00
	Circulante	4.688.549,09	6.153.756,80	76%	-1.465.207,71
	Existências	440.740,05	132.760,58	332%	307.979,47
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	440.740,05	89.988,57	490%	350.751,48
35	Produtos e trabalhos em curso			0%	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0%	0,00
33	Produtos acabados e intermédios			0%	0,00
32	Mercadorias		42.772,01	0%	-42.772,01
37	Adiantamentos por conta de compras			0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)	0,00	0,00	0%	0,00
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	2.358.350,33	3.439.445,51	69%	-1.081.095,18
28	Empréstimos concedidos			0%	0,00
211	Clientes c/c			0%	0,00
212	Contribuintes c/c	1.369.244,21	1.140.176,11	120%	229.068,10
213	Utentes c/c	25.160,25	299.229,38	8%	-274.069,13
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	268.977,61	266.404,94	101%	2.572,67
251	Devedores pela execução do orçamento			0%	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores			0%	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0%	0,00
24	Estado e outros entes públicos	28.115,40	81.895,38	34%	-53.779,98
264	Administração autárquica			0%	0,00
	Outros devedores	666.852,86	1.651.739,70	40%	-984.886,84
	Títulos negociáveis:	0,00	0,00	0%	0,00
151	Ações			0%	0,00
152	Obrigações e títulos de participação			0%	0,00
153	Títulos de dívida pública			0%	0,00
159	Outros títulos			0%	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria			0%	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	1.254.749,30	2.581.550,71	49%	-1.326.801,41
12	Depósitos em instituições financeiras	1.252.236,38	2.576.550,71	49%	-1.324.314,33
11	Caixa	2.512,92	5.000,00	50%	-2.487,08
	Acréscimos e diferimentos:	634.709,41	71.992,04	882%	562.717,37
271	Acréscimos de proveitos	610.455,75		0%	610.455,75
272	Custos diferidos	24.253,66	71.992,04	34%	-47.738,38
Total Ativo Líquido		72.724.341,09	81.172.586,52	90%	-8.448.245,43
Fundos Próprio e Passivo		Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
	Fundos próprios	24.123.852,34	27.691.968,09	87%	-3.568.115,75
51	Património	17.033.260,46	16.663.150,59	102%	370.109,87

55	Ajustamento de partes de capital em empresas			0%	0,00
56	Reservas de reavaliação			0%	0,00
	Reservas	2.477.591,62	1.242.834,52	199%	1.234.757,10
571	Reservas legais	1.208.874,77	1.110.639,02	109%	98.235,75
572	Reservas estatutárias			0%	0,00
573	Reservas contratuais			0%	0,00
574	Reservas livres			0%	0,00
575	Subsídios	95.892,50	95.892,50	100%	0,00
576	Doações	1.172.824,35	36.303,00	3231%	1.136.521,35
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos			0%	0,00
59	Resultados transitados	3.922.480,73	7.149.449,19	55%	-3.226.968,46
88	Resultado líquido em exercício	690.519,53	2.636.533,79	26%	-1.946.014,26
	Passivo	48.600.488,75	53.480.618,43	91%	-4.880.129,68
292	Provisões para riscos e encargos	2.951.636,72		0%	2.951.636,72
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	13.866.218,88	13.519.698,44	103%	346.520,44
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	13.026.526,55	13.519.698,44	96%	-493.171,89
227	Fornecedores - contratos futuros			0%	0,00
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros			0%	0,00
268	Credores diversos - FAM	839.692,33		0%	839.692,33
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	7.680.814,24	7.394.022,48	104%	286.791,76
2311	Empréstimos de curto prazo			0%	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas			0%	0,00
221	Fornecedores c/c	6.292.465,82	4.894.527,59	129%	1.397.938,23
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	130.549,15	4.046,52	3226%	126.502,63
252	Credores pela execução do orçamento			0%	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0%	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	367.633,75	351.618,27	105%	16.015,48
24	Estado e outros entes públicos	87.667,16	74.424,55	118%	13.242,61
264	Administração autárquica			0%	0,00
	Outros credores	63.584,63	1.337.617,77	5%	-1.274.033,14
	Garantias e Cauções	738.913,73	731.787,78	101%	7.125,95
	Acréscimos e diferimentos:	24.101.818,91	32.566.897,51	74%	-8.465.078,60
273	Acréscimos de custos	1.950.380,78		0%	1.950.380,78
274	Proveitos diferidos	22.151.438,13	32.566.897,51	68%	-10.415.459,38
Total dos Fundos Próprios e do Passivo		72.724.341,09	81.172.586,52	90%	-8.448.245,43

6.5. Demonstração de Resultados

O resultado líquido do exercício foi inferior ao previsto no PSF pois, embora os proveitos e ganhos tenham sido superiores em 1.656.857 € os custos e perdas seguiram a mesma trajetória e ficaram 3.602.871 € acima do esperado no Estudo, salientando-se que este não previa um custo de provisões e em 2015 foram constituídas no montante de 1.656.761 €.

Demonstração de Resultados

Descrição	Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Custos e Perdas	20.629.498,14	17.026.627,41	121%	3.602.870,73
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.490.637,04	1.481.706,34	101%	8.930,70

Fornecimentos e serviços externos	6.319.210,68	3.873.962,30	163%	2.445.248,38
Custos com pessoal	5.864.829,58	6.393.598,13	92%	-528.768,55
Transferências e subsídios	1.522.785,67	2.268.814,17	67%	-746.028,50
Amortizações do exercício	1.462.088,91	1.426.357,68	103%	35.731,23
Provisões do exercício	1.656.760,71	0,00	0%	1.656.760,71
Outros custos operacionais	125.389,87	82.734,77	152%	42.655,10
Custos e perdas financeiros	762.681,12	663.253,20	115%	99.427,92
Custos e perdas extraordinários	1.425.114,56	836.200,82	170%	588.913,74
Proveitos e Ganhos	21.320.017,67	19.663.161,19	108%	1.656.856,48
Vendas e prestações de serviços	2.279.351,97	3.668.678,90	62%	-1.389.326,93
Impostos e taxas	5.308.117,74	2.883.729,50	184%	2.424.388,24
Trabalhos para a própria entidade				
Proveitos Suplementares	2.826,50	853.188,80	0%	-850.362,30
Transferências e subsídios obtidos	11.190.185,70	12.123.904,00	92%	-933.718,30
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.096.711,64	133.468,51	822%	963.243,13
Proveitos e ganhos financeiros	13.039,75		0%	13.039,75
Proveitos e ganhos extraordinários	1.429.784,37	191,48	746702%	1.429.592,89
Resultado Líquido do Exercício	690.519,53	2.636.533,78	26%	-1.946.014,25

6.6 - Endividamento

A Lei n.º 73/2013 alterou profundamente a forma de cálculo do endividamento municipal, tanto ao nível do cálculo do limite como da dívida, por esse motivo remete-se a análise da situação de endividamento do Município para o ponto quatro do presente relatório. Salienta-se no entanto que, no PSF foi prevista uma margem de 4.137.800 € e no final de 2015 a dívida desta Autarquia era 4.114.103 € inferior ao seu limite.

Mirandela, 13 de abril de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal;

António José Pires Almor Branco

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;

Rui Fernando Moreira Magalhães

A Vereadora em Regime de Tempo Inteiro;

Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;

Manuel Carlos Pereira Rodrigues

O Vereador em Regime de Não Permanência;

José Manuel Correia de Moraes

O Vereador em Regime de Não Permanência;

João Maria Casado Figueiredo

O Vereador em Regime de Não Permanência;

Carlos Fernando Avelens Freitas